

RELATÓRIO E CONTAS

2013

**Allianz Portugal**  
Companhia de Seguros, S. A.

**Allianz** 

**Allianz Portugal**  
Seguros de A a Z.

**Allianz** 



**CORES QUE NOS LIGAM**  
As cores da proximidade

A Allianz Portugal é uma SEGURADORA COM LARGA EXPANSÃO NACIONAL, presente em TODAS AS REGIÕES DO PAÍS ATRAVÉS DA SUA REDE DE MEDIADORES. A nossa experiência e conhecimentos em seguros e gestão de ativos fazem da Allianz Portugal uma das SEGURADORAS DE REFERÊNCIA NACIONAL. Com o nosso portfólio de produtos Vida e Não Vida e serviços associados, proporcionamos SOLUÇÕES DE VALOR ACRESCENTADO a milhares de pessoas e empresas, reforçadas pela partilha de KNOW-HOW COM O GRUPO ALLIANZ. Desempenhamos um PAPEL RELEVANTE NA ECONOMIA, APOIAMOS O DESPORTO E A CULTURA, somos uma SEGURADORA FOCALIZADA NO FUTURO.

€ 544,584\* ME

Prémios brutos emitidos

30

Escritórios comerciais

€ 29.980 ME

Resultado líquido

4673

Agentes

4,2%\*

Quota de mercado

868.198

Clientes

555

Colaboradores

\* Inclui Vida, Não Vida e contratos de investimento.



**CORES QUE NOS LIGAM**  
As cores de todos os desafios

# Índice

## Órgãos Sociais

---

8 Corpos Sociais no Exercício de 2013

## Assembleia Geral Anual

---

10 Convocatória de Acionistas

## Relatório de Gestão

---

13 Enquadramento macro-económico  
14 Mercado português - Seguros e Fundos de Pensões  
14 Enquadramento institucional  
15 Análise das empresas consolidadas  
15 Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.  
15 Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.  
16 Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização  
16 Resultados Consolidados  
16 Perspetivas para 2014  
17 Conclusão

## Balanço e Contas de Ganhos e Perdas

---

20 Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2013 e 2012  
20 Ativo  
21 Passivo  
22 Demonstração dos Resultados Consolidados para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012  
23 Demonstração do Rendimento Integral Consolidado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012  
24 Demonstrações das Variações do Capital Próprio Consolidado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012  
25 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

## Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

---

27 Exercício de 2013

## Títulos e Participações

---

84 Inventário de Títulos e Participações Financeiras

## Parecer do Conselho Fiscal

---

91 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre as Contas Consolidadas em 2013

## Certificação

---

96 Certificação Legal das Contas Consolidadas



**CORES QUE NOS LIGAM**  
As cores da partilha

# Órgãos Sociais

## Corpos Sociais da Allianz Portugal no Exercício de 2013

### Mesa da Assembleia Geral

**JOÃO VAZ SERRA DE MOURA**

Presidente

**LUÍS CARLOS MELO ANTUNES FERREIRA**

Secretário

### Conselho de Administração

**VICENTE TARDIO BARUTEL**

Presidente

**TERESA MARGARIDA TUDELA MIRA GODINHO**

Administradora-delegada

**HELGA JUNG**

**IVAN JOSÉ DE LA SOTA DUÑABEITIA**

**ANTÓNIO FARINHA MORAIS**

**ANTÓNIO DOMINGUES**

**ANTÓNIO ALBERTO RETTO FRIAS COUTO LEITÃO**

Administradores

### Conselho Fiscal

**JOSÉ VAZ SERRA DE MOURA**

Presidente

**DIOGO INACIO VADRE CASTELINO E ALVIM**

**ISAQUE MARCOS LAMEIRAS RAMOS**

Vogais

**MIGUEL MOURA ELIAS**

Membro suplente

### Revisor Oficial de Contas

**KPMG & ASSOCIADOS - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas S.A.,**

representada por

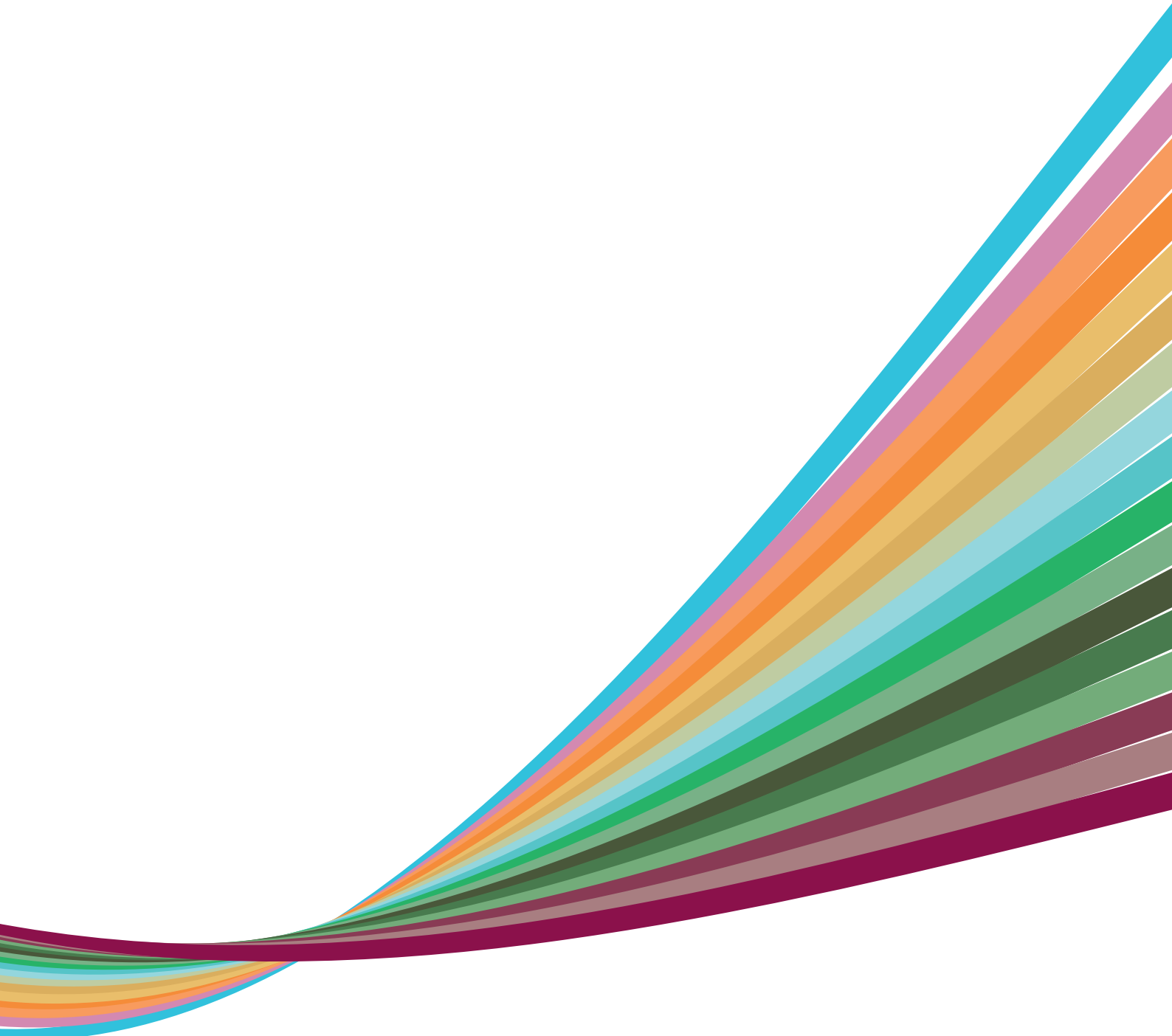
**ANA CRISTINA SOARES VALENTE DOURADO**

Revisor Oficial de Contas

**FERNANDO GUSTAVO DUARTE ANTUNES**

Suplente





**CORES QUE NOS LIGAM**  
As cores da inovação

# Assembleia Geral Anual

## Convocatória

São convocados os Acionistas da Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, S. A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de € 39.545.400, titular do cartão de pessoa coletiva n.º 500.069.514, para reunir em Assembleia Geral Anual, na Rua Andrade Corvo, n.º 32, no próximo dia 31 de Março de 2014, pelas 11:00 horas, com a seguinte Ordem dos Trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e as Contas da Sociedade, tudo relativo ao Exercício de 2013, bem como sobre o respetivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados;
3. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e os demais documentos de prestação de contas consolidadas do Exercício de 2013, bem como sobre o respetivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização;
4. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Ficam à disposição dos Senhores Acionistas, a partir do 15º dia anterior à data da Assembleia, os elementos de informação previstos no artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais.

Podem participar na Assembleia todos os Acionistas possuidores de pelo menos 100 ações que, até dez dias antes da data designada para a Assembleia, as tenham registadas em seu nome, ou depositadas quer na sede da Companhia, quer em instituição de crédito. Cada 100 ações dão direito a um voto.

Os Acionistas podem fazer-se representar por outro Acionista ou pelo cônjuge, ascendente ou descendente, ou por um membro do Conselho de Administração.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia-geral  
*Dr. João Carlos Vaz Serra de Moura*



**CORES QUE NOS LIGAM**  
As cores da confiança

# Relatório de Gestão

Allianz Portugal

# Relatório Consolidado do Conselho de Administração

Companhia de Seguros  
ALLIANZ PORTUGAL, S. A.

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício de 2013.

O perímetro de integração abrange as seguintes empresas:

- Empresa-mãe: Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
- Empresa incluída: Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A inclusão é feita pelo método de integração global.

## 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Na primeira metade do ano de 2013, a economia global continuou em queda, decorrente da recessão provocada pelas políticas orçamentais restritivas nos países da União Económica e Monetária (UEM), da incerteza dos resultados das eleições na Alemanha e em Itália e do impasse em torno da política orçamental dos EUA.

A partir do segundo trimestre, as economias da zona euro na sua globalidade começaram a registar os primeiros sinais de crescimento, ainda que diminuto e suportado pela melhoria dos desequilíbrios da balança de pagamentos. De realçar ainda o reforço do projeto europeu e da solidez da moeda única, com o fim da crise das dívidas soberanas dos países periféricos, tendo em consideração a conclusão dos programas de assistência financeira à Irlanda e a Espanha, e estar quase concluído o de Portugal. Paralelamente verificou-se nestes países uma evolução positiva dos principais indicadores económicos e financeiros.

Nos EUA verificou-se uma aceleração do ritmo do crescimento económico no terceiro trimestre (o maior desde o início de 2012) e, associado ao mesmo, uma rápida recuperação do mercado de trabalho. Antes do final do ano foi igualmente alcançado a nível partidário um acordo para a política orçamental dos próximos dois anos, o que pode conduzir no futuro a uma maior dinâmica, quer a nível interno, quer ao nível da economia global.

Apesar do seu contributo significativo para o crescimento global em 2013, as economias dos países emergentes deram sinais de vulnerabilidade à anunciada redução dos estímulos monetários

da Reserva Federal dos EUA, com maior impacto naquelas com mais desequilíbrios externos.

O PIB na zona Euro cresceu 0,3% no quarto trimestre de 2013, comparativamente com o trimestre anterior e 0,5% em relação a igual período de 2012. Para esta expansão contribuíram os crescimentos verificados no último trimestre do ano no PIB das três principais economias da moeda única (Alemanha 0,4%, França 0,3% e Itália 0,1%).

Nos EUA verificou-se igualmente um crescimento de 0,8% do PIB no último trimestre do ano, comparativamente a igual período do ano anterior, e de 2,7% face ao mesmo período de 2012.

O PIB em Portugal registou um aumento de 0,5% no último trimestre do ano face ao trimestre anterior e de 1,6% em termos de variação homóloga, superando os resultados do crescimento verificados nas principais economias da Zona Euro. No entanto, no conjunto do ano o PIB português caiu (-1,4%) face a 2012, registando-se desta forma pelo terceiro ano consecutivo uma contração da economia, ainda que a queda em 2012 tivesse sido bastante superior (-3,2%). O valor de 2013 é, ainda assim, mais positivo do que o valor de (-1,8%), previsto pelo Governo e pela Troika.

A evolução positiva dos resultados do PIB nos últimos meses do ano deveu-se fundamentalmente ao ritmo das exportações e à recuperação da procura interna, com destaque para o consumo das famílias.

No final de 2013 a taxa de desemprego baixou face ao ano anterior, tendo-se situado nos 15,4% (17,3% em 2012), 3,4 p.p acima da taxa da zona euro, que foi de 12% (11,9% em 2012). A taxa de inflação média situou-se próxima de zero, nos 0,4%, menos 2,4 p.p que no ano anterior e (-1,0 p.p) abaixo da taxa da zona Euro (1,4%).

No que diz respeito aos resultados da execução orçamental, a receita fiscal do Estado registou, no período compreendido entre Janeiro e Novembro de 2013, uma variação homóloga de (+9,2%), que resultou do aumento da coleta quer dos impostos diretos, quer dos impostos indiretos. Do lado da despesa verificou-se um aumento de (+7,1%) em relação ao período homólogo, decorrente das transferências correntes para outros

subsetores das administrações públicas e das despesas com o pessoal. Assim, o défice do Estado ascendeu a 8.676 milhões de Euros até Novembro (7.694 milhões no mesmo período em 2012).

Em termos gerais os riscos referentes ao crescimento da economia portuguesa estão principalmente associados à evolução das economias externas, aos resultados das eleições europeias em Maio, à conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira e à forma como o Estado se vai financiar no regresso aos mercados.

## 2. MERCADO PORTUGUÊS - SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

No ano de 2013 o sector segurador português teve um crescimento de 20,1% do volume de prémios, face a um decréscimo (-7,1%) registado em 2012.

A produção total do sector foi de 13,1 mil milhões de euros, representando cerca de 7,7% do PIB português. Face ao ano anterior verificou-se um aumento de 2,2 mil milhões de euros no total da produção, e um acréscimo do peso desta no total do PIB de 1,4%.

O ramo Vida, representando cerca de 70,5% da produção total, foi o principal motor do crescimento do mercado, tendo tido um aumento de 33,5% face a um ano de 2012 que tinha registado um decréscimo de (-8,1%).

No caso do segmento Não Vida o ano de 2013 foi o terceiro ano consecutivo em que se verificou uma quebra (-3,2%), representando, contudo, um decréscimo menos acentuado do que se tinha verificado no ano anterior (-3,5%).

A bancassurance continuou, em Vida, a ser o maior canal de distribuição, representando 78,4% face a 76% em 2012. Nos ramos Não Vida este canal aumentou ligeiramente o seu peso, representando agora cerca de 15,6% (face a 15% em 2012).

A conjuntura macroeconómica conduziu os aforradores individuais para produtos de poupança com menor risco de investimento e este foi o principal motor da expansão do negócio de Vida.

No segmento Vida verificou-se igualmente uma evolução positiva

dos PPR, que tiveram um crescimento de 38% face a 2012, com especial destaque dentro destes para os produtos não ligados a fundos de investimentos que cresceram ligeiramente acima dos 40%.

No segmento Não Vida, verificou-se uma redução do volume de prémios na maior parte dos ramos. Em sentido contrário estiveram os seguros de Multiriscos Habitação e Saúde, que tiveram um comportamento positivo, tendo crescido respetivamente 1,5% e 3,2%.

Os ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel sofreram quebras significativas nos seus níveis de produção, tendo registado decréscimos de respetivamente (-8,0%) e (-5,8%).

A evolução destes ramos foi, a exemplo do ano anterior, fortemente condicionada pela crise económica, que tem conduzido a uma maior pressão concorrencial com impacto nas tarifas e nos prémios médios.

Relativamente ao mercado dos Fundos de Pensões, no final de 2013 o valor sob gestão de fundos ascendia a 14.970 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 3,4% em relação ao ano de 2012.

## 3. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Durante o ano de 2013 foram introduzidas alterações legislativas relevantes, nomeadamente:

- Lei 11/2013 de 28 de Janeiro, que estabeleceu o regime temporário de pagamento dos Subsídios de Férias e de Natal;
- Lei 41/2013 de 26 de Junho, que aprovou o novo Código de Processo Civil;
- Lei 44/2013 de 3 de Julho, que alterou o regime dos Planos de Poupança;
- Lei 67/2013 de 28 de Agosto, que aprovou a Lei-quadro das entidades financeiras de supervisão;
- Lei 69/2013 de 30 de Agosto, que alterou o Código do Trabalho;
- Lei 71/2013 de 3 de Setembro, que alterou o Código da Estrada;
- Lei 83/2013 de 9 de Dezembro, que procedeu à alteração do Orçamento de Estado para 2013 e reviu o Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Lei 83-A/2013 de 9 de Dezembro, que alterou as bases do sistema de Segurança Social;

- Decreto-Lei 12/2013 de 5 de Janeiro, que alterou o regime jurídico da proteção social dos trabalhadores independentes e dos membros dos Órgãos Estatutários das Pessoas Coletivas;
- Decreto-Lei 112/2013 de 6 de Agosto, que alterou o regime do registo central dos Contratos de Seguro de Vida, Acidentes Pessoais e Operações de Capitalização;
- Decreto-Lei 141/2013 de 18 de Outubro, que estabeleceu o novo regime dos pagamentos por transferências bancárias derivado de legislação europeia, denominado SEPA;
- Decreto-Lei 143/2013 de 18 de Outubro, que alterou o regime do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Decreto-Lei 167-E/2013 de 31 de Dezembro, que alterou o regime jurídico da proteção na velhice e invalidez;

Citam-se também alguns dos documentos normativos mais importantes, emitidos pelo Instituto de Seguros de Portugal:

- Normas nº 2/2013 – R, de 10 de Fevereiro, que alterou o regime das Regras de Conduta de Mercado;
- Norma nº 7/2013 - R, de 24 de Outubro: que alterou o regime do Registo Central de Contratos de Seguro Vida, Acidentes Pessoais e Operações de Capitalização;
- Circular nº 4/2013, de 1 de Março: que divulgou novas regras referentes à prevenção do Branqueamento de Capitais.

## 4. ANÁLISE DAS EMPRESAS CONSOLIDADAS

### 4.1. Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA

O resultado líquido do exercício de 2013 é de 29.990.871,80 €, superior em 26,4% ao verificado em 2012, decorrente da melhoria dos resultados financeiros.

Verificou-se um crescimento de 7,9% do volume de prémios total (incluindo os contratos de investimento classificados como instrumentos financeiros), que ficou contido aquém do mercado, onde se verificou um crescimento de 20,1%, fortemente induzido pelo negócio Vida.

Este aumento deveu-se ao ramo Vida que cresceu 23,2%, dado que no ramo Não Vida se registou uma quebra de (-1,3%). O crescimento em Vida ficou abaixo do mercado, que cresceu 33,5%, mas especialmente nas empresas associadas a bancos. O ramo Não Vida da Companhia apresenta uma performance superior ao mercado, dado que este decresceu (-3,2%).

No que se refere ao stock de apólices, a Companhia teve um ligeiro crescimento de 0,2% comparativamente com 2012. Assim, no final do ano o número de apólices chegou aos 1.619.831. O crescimento em Não Vida foi de 1,4% e em Vida registou-se uma redução de (-3,3%).

O número de clientes registou um crescimento de 0,4% comparativamente ao ano anterior, atingindo os 868.198 no final de 2013.

Os resultados financeiros tiveram este ano uma evolução muito positiva (+151,5% face a 2012) em função da melhoria dos mercados financeiros.

A cobertura das provisões técnicas aumentou cerca de 3 p.p., verificando-se uma estabilidade na cobertura das provisões técnicas, na sequência da melhoria de alguns indicadores macroeconómicos com repercussão no desenvolvimento dos mercados financeiros.

Ao nível da margem de solvência, o rácio atingiu no final do ano de 2013 o valor de 267,53%. Em 2012 este rácio apresentava um valor de 264,01%. Os Capitais Próprios totalizam 273,927 M€, apresentando um aumento de 18,9% face ao ano anterior.

### 4.2. Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

No Exercício de 2013 apurou-se um resultado líquido positivo de € 8.394,75 contra € 30.515,05, negativo em 2012, o que representa um acréscimo face ao ano anterior de € 38.909,80.

O resultado operacional teve uma evolução positiva de € 29.430,41 negativos para € 9.508,85 positivos em 2013, justificado fundamentalmente pela redução de (-34,5%), dos custos referentes a fornecimentos e serviços externos que passaram de € 124.324,95 para € 81.435,24 e pelo decréscimo de (-12,4%), resultante da diminuição das comissões cobradas aos Fundos de Pensões, cujo montante passou de € 179.060,93 para € 156.917,15.

No que se refere aos resultados financeiros, estes cifraram-se em € 37.199,09 contra € 39.872,07 em 2012.

Quanto à atividade da Allianz, SGFP em 2013, no valor dos fundos geridos verificou-se um decréscimo de € 32.315.115,59 para € 29.670.195,42, tendo sob gestão 3 fundos fechados e 1 fundo aberto com várias adesões coletivas e individuais.

A rentabilidade média dos fundos foi positiva, sendo de 3,41%, naturalmente variável de fundo para fundo em função da estrutura da carteira e da respetiva liquidez.

## 5. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Esta declaração expressa os princípios gerais que regem a estrutura de remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

Relativamente ao Conselho de Administração, apenas é remunerado o Administrador-delegado, sendo essa remuneração definida pela Comissão de Remunerações da Sociedade.

A remuneração é fixada tendo em conta a necessidade da mesma ser competitiva face à atividade da Sociedade e ao mercado onde a mesma está inserida, sempre com o objetivo de atrair os melhores valores e de permitir que a Sociedade possa beneficiar dos serviços de profissionais de mais elevada qualidade.

A remuneração é composta de uma remuneração fixa e uma remuneração variável. A remuneração variável é definida tendo em conta um conjunto de objetivos que são previamente fixados no início do período em avaliação. Esses objetivos dividem-se em objetivos financeiros da própria sociedade e objetivos individuais do administrador, que se encontram naturalmente alinhados uns com os outros. No final do período anual, é avaliada qual a percentagem de cumprimento dos objetivos fixados e, com base no resultado dessa avaliação, é determinada a remuneração variável a pagar. Para 2013 o valor máximo a pagar poderia atingir os 150% da remuneração fixa.

O pagamento de parte da remuneração variável é diferido no tempo por um período de 3 anos, com objetivos definidos para esses três anos e só após a avaliação do cumprimento desses objetivos, no final do período, é que se processa o respetivo pagamento.

Os mecanismos existentes relativamente à ligação da remuneração variável ao desempenho da empresa estão refletidos no próprio sistema de remuneração variável que, conforme foi referido acima, está sempre dependente do cumprimento de objetivos económicos e financeiros da sociedade, pelo que caso o desempenho da sociedade não seja adequado, a remuneração variável sofrerá a respetiva redução ou anulação.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por três membros que recebem uma remuneração fixa anual definida tendo em conta as obrigações inerentes às funções desempenhadas e à responsabilidade das mesmas.

Os valores pagos no ano de 2013 aos membros dos Órgãos

de Administração e de Fiscalização, no âmbito das respetivas funções, foram os seguintes:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2013
Teresa Margarida Tudela Mira Godinho	€ 415.750,00
Ivan de la Sota Duñabeitia	€ 0,00
Vicente Tardio Barutel	€ 0,00
Helga Jung	€ 0,00
António Domingues	€ 0,00
António Farinha de Morais	€ 0,00
António Alberto Retto Frias Couto Leitão	€ 0,00

CONSELHO FISCAL	2013
José Vaz Serra de Moura	€ 6.000,00
Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim	€ 5.000,00
Isaque Marcos Lameiras Ramos	€ 5.000,00

REVISOR OFICIAL DE CONTAS	2013
KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	€ 137.000,00

## 6. RESULTADOS CONSOLIDADOS

O resultado líquido consolidado do exercício de 2013 atribuível aos acionistas é de €29.987.736, superior em cerca de 26,5% ao registado em 2012 de €23.703.980. Para esta variação contribuiu a evolução positiva dos resultados financeiros.

## 7. PERSPETIVAS PARA 2014

Apesar de persistirem riscos negativos para o crescimento da economia mundial, as expectativas são mais otimistas do que no ano passado. As previsões são de aceleração do crescimento económico centrado na recuperação das economias da União Económica e Monetária (UEM) e na consolidação de um novo ciclo de crescimento nos EUA. A reação das economias emergentes, principalmente aquelas com maior grau de dependência de financiamentos externos, à redução dos estímulos monetários da Reserva Federal dos EUA, a possibilidade do regresso de tensões na Zona Euro e o elevado desemprego nas economias mundiais, são alguns dos fatores de risco que podem condicionar o crescimento da economia global.

Na Zona Euro, prevê-se um crescimento reduzido da atividade económica, suportado por uma política orçamental menos restritiva e um aumento da capacidade para o investimento através de uma maior abertura dos bancos para a concessão de financiamentos. O sucesso da implementação da União Bancária em desenvolvimento e do regresso de Portugal e Irlanda aos mercados financeiros, poderá dar uma maior solidez ao



projeto europeu. Os principais riscos são de natureza política, relacionados com os resultados das eleições para o Parlamento Europeu em Maio de 2014 e que poderão ter maior impacto nos países da periferia.

Nos EUA, as previsões apontam para uma aceleração do crescimento, com base na redução das restrições da política orçamental, no aumento da procura interna por parte do sector privado e na evolução positiva do mercado de trabalho. A retirada dos estímulos monetários por parte da Reserva Federal, nos próximos dois anos provocará turbulência nos mercados financeiros e terá impacto no crescimento da economia.

As perspetivas para as Economias dos Países emergentes são positivas, face ao provável aumento das exportações, resultante do aumento da procura por parte dos Países com economias mais desenvolvidas. Existem contudo riscos principalmente para as economias com maior dependência de financiamentos externos, derivados da possível redução dos fluxos de capital em virtude da subida das taxas de juro nas principais economias mundiais.

O contributo destas economias ao nível do crescimento global tenderá a diminuir, sendo substituído por um contributo mais positivo das economias desenvolvidas.

Em Portugal, prevê-se que o ano de 2014 seja marcado por uma expansão, ainda que moderada, da atividade económica, sustentada por um aumento da procura interna, um acesso mais fácil das empresas ao financiamento e pela estabilização do mercado de trabalho. O primeiro semestre do ano será marcado pela conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira e o sucesso da transição para uma solução de financiamento do Estado será fundamental.

Os sinais de retoma económica que Portugal tem conhecido a partir da segunda metade do ano passado e a consistência obtida ao nível dos principais indicadores económicos e financeiros, permite-nos encarar com maior otimismo a nossa economia em 2014, relativamente ao que perspetivamos há um ano atrás.

Para 2014 prevê-se a manutenção da estagnação do mercado interno dos fundos de pensões, tendo em conta as medidas de austeridade e o fraco crescimento previsto da economia, as empresas e os particulares irão adiar a constituição de complementos de pensão privados.

## 8. CONCLUSÃO

Em 2013 o Mercado Segurador continuou a ser muito afetado pela conjuntura económica. O negócio Não Vida manteve a

tendência de contração e no caso do negócio Vida, este continuou muito dependente dos bancos e das suas necessidades de liquidez.

Num contexto difícil a Allianz Portugal não conseguiu repetir a extraordinária performance do ano de 2012, no entanto foi possível atingir um crescimento significativo no ramo Vida, seguindo a tendência do mercado. Nos ramos Não Vida, apesar do crescimento ter sido negativo, a quebra foi bastante inferior à média do mercado, tendo a Allianz Portugal conseguido aumentar ligeiramente a sua quota de mercado.

Em 2013, a Allianz Portugal continuou a alargar a sua cobertura geográfica, tendo reforçado a sua base de agentes e procedido à abertura de dois novos escritórios comerciais.

Considerando a inovação um fator essencial no crescimento e diferenciação do mercado, a Allianz Portugal continuou em 2013 a desenvolver o seu projeto digital, que visa proporcionar melhor comunicação, acesso direto a informação diversificada e comodidade de subscrição de seguros. No final do ano aproximadamente 14.000 clientes já recebiam informação da Companhia diretamente na sua caixa de correio eletrónico.

Relativamente ao envolvimento dos trabalhadores gostaríamos de salientar que foi realizado um Inquérito Global de Clima Organizacional, comum a todo o Grupo Allianz, sendo que a Allianz Portugal conseguiu manter o bom nível de participação (94%) atingido em 2012, e superar os resultados obtidos nos Índices de Satisfação (88%, +1pp) e de Capacidade de Desempenho (84%, +7pp). Apesar de terem sido introduzidas alterações no questionário, aumentando de catorze para dezasseis as dimensões que o constituíam e incluindo novas questões, foi possível concluir que a Allianz Portugal voltou a melhorar o seu resultado praticamente em todas as dimensões, relativamente aos resultados obtidos em 2012. É ainda de realçar, o facto de a Allianz Portugal ter mais uma vez superado significativamente os resultados atingidos pelo Grupo Allianz, quer ao nível da participação (+10pp), quer dos índices de Satisfação (+15pp) e Capacidade de Desempenho (+11pp).

Os resultados da Allianz Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, contribuíram para um incremento do resultado consolidado.

Os nossos agradecimentos a todos os Colaboradores, pelos resultados obtidos nas suas áreas de responsabilidade.

É igualmente relevante o apoio que recebemos dos acionistas Allianz Group e Grupo BPI, para que os programas de longo prazo

sejam implementados e contribuam para o aumento do valor da Allianz Portugal.

O nosso agradecimento, ainda, ao Conselho Fiscal, à KPMG e à Oliveira & Reis e Associados, Lda – nossos auditores e Revisores Oficiais de Contas, ao Instituto de Seguros de Portugal e à Associação Portuguesa de Seguradores, pela colaboração e capacidade de resposta demonstradas.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2014

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vicente Tardio Barutel

Presidente

Teresa Margarida Tudela Mira Godinho

Administradora-delegada

Helga Jung

Ivan José de la Sota Duñabeitia

António Farinha Morais

António Domingues

António Alberto Retto Frias Couto Leitão

Administradores

# Balanço e Contas de Ganhos e Perdas

Allianz Portugal

## Balanço Consolidado

em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores em Euros)

BALANÇO	Notas	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO ANTERIOR	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor líquido
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	17.167.258	-	17.167.258	86.936.696
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	6.1	373.445	-	373.445	136.471
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.1	15.751.051	-	15.751.051	41.171.143
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.1	1.013.213.933	-	1.013.213.933	624.484.999
Empréstimos concedidos e contas a receber	6.2	2.177.166	-	2.177.166	2.106.013
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	253
Empréstimos concedidos		2.177.166	-	2.177.166	2.105.760
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	6.3	-	-	-	233.569.567
Terrenos e edifícios	9	56.807.983	3.060.913	53.747.070	55.513.235
Terrenos e edifícios de uso próprio		24.962.383	3.060.913	21.901.470	22.446.700
Terrenos e edifícios de rendimento		31.845.600	-	31.845.600	33.066.535
Outros ativos tangíveis	10	20.243.836	14.960.622	5.283.214	2.192.725
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	12	9.047.774	7.865.059	1.182.715	958.843
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.1	32.264.141	-	32.264.141	38.602.806
Provisão para prémios não adquiridos		19.947.429	-	19.947.429	23.189.475
Provisão matemática do ramo Vida		-	-	-	-
Provisão para sinistros		12.316.712	-	12.316.712	15.413.331
Provisão para participação nos resultados		-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	1.173.723	-	1.173.723	1.687.343
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	37.2	83.561.246	10.572.034	72.989.212	60.104.520
Contas a receber por operações de seguro direto		31.041.849	1.193.320	29.848.529	29.776.628
Contas a receber por operações de resseguro		1.832.115	823.407	1.008.708	2.382.367
Contas a receber por outras operações		50.687.282	8.555.307	42.131.975	27.945.525
Ativos por impostos e taxas	24	-	-	-	2.650.388
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	2.650.388
Acréscimos e diferimentos		185.270	-	185.270	263.967
Outros elementos do ativo		-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>1.251.966.826</b>	<b>36.458.628</b>	<b>1.215.508.198</b>	<b>1.150.378.716</b>

(Valores em Euros)

BALANÇO	Notas	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	4.1	516.019.615	537.531.149
Provisão para prémios não adquiridos		74.128.349	77.856.853
Provisão matemática do ramo Vida		162.248.244	156.633.766
Provisão para sinistros			
De Vida		20.913.590	18.362.923
De Acidentes de Trabalho		117.480.613	116.714.604
De outros ramos		111.854.076	142.365.943
Provisão para participação nos resultados		14.032.795	12.664.424
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		2.215.036	2.215.036
Provisão para desvios de sinistralidade		10.143.866	8.849.391
Provisão para riscos em curso		3.003.046	1.868.209
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	350.533.378	302.727.158
Outros passivos financeiros	6.4	3.578.015	1.426.031
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		3.578.015	1.426.031
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	37.3	36.654.061	37.974.829
Contas a pagar por operações de seguro direto		4.645.751	4.224.242
Contas a pagar por operações de resseguro		6.296.517	9.615.013
Contas a pagar por outras operações		25.711.793	24.135.574
Passivos por impostos e taxas	24	18.048.519	17.771.176
Passivos por impostos (e taxas) correntes		13.642.838	17.771.176
Passivos por impostos diferidos		4.405.681	-
Acréscimos e diferimentos	37.1	13.667.560	17.177.624
Outras provisões	13	2.887.145	5.135.901
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>941.388.293</b>	<b>919.743.868</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	25	39.545.400	39.545.400
(Ações Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	26	27.492.168	7.704.990
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		27.492.168	7.704.990
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	(8.594.435)	(2.250.812)
Outras reservas	26	79.636.347	77.214.324
Resultados transitados		105.882.316	84.551.204
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		29.987.736	23.703.890
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA</b>		<b>273.949.532</b>	<b>230.468.996</b>
Interesses que não controlam		170.373	165.852
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>274.119.905</b>	<b>230.634.848</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.215.508.198</b>	<b>1.150.378.716</b>

## Demonstração dos Resultados Consolidados para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores em Euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	EXERCÍCIO				EXERCÍCIO ANTERIOR
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
<b>Prêmios adquiridos líquidos de resseguro</b>		<b>124.453.769</b>	<b>269.910.207</b>	-	<b>394.363.976</b>	<b>362.248.395</b>
Prêmios brutos emitidos	14	125.843.464	312.382.165	-	438.225.629	413.437.114
Prêmios de resseguro cedido	14	(1.534.589)	(45.017.879)	-	(46.552.468)	(52.170.579)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	14	135.491	5.797.371	-	5.932.862	2.186.817
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		9.403	(3.251.450)	-	(3.242.047)	(1.204.957)
<b>Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços</b>	15	<b>507.473</b>	-	-	<b>507.473</b>	<b>781.582</b>
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>		<b>(66.850.164)</b>	<b>(199.978.182)</b>	-	<b>(266.828.346)</b>	<b>(256.861.781)</b>
<b>Montantes pagos</b>		<b>(66.351.123)</b>	<b>(224.583.938)</b>	-	<b>(290.935.061)</b>	<b>(280.757.371)</b>
Montantes brutos	14, 4.1	(67.273.750)	(234.901.218)	-	(302.174.968)	(291.986.715)
Parte dos resseguradores	4.1	922.627	10.317.280	-	11.239.907	11.229.344
<b>Provisão para sinistros (variação)</b>		<b>(499.041)</b>	<b>24.605.756</b>	-	<b>24.106.715</b>	<b>23.895.590</b>
Montante bruto	14, 4.1	(2.550.667)	29.754.000	-	27.203.333	28.380.212
Parte dos resseguradores	4.1	2.051.626	(5.148.244)	-	(3.096.618)	(4.484.622)
<b>Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)</b>	4.1	<b>-</b>	<b>(2.429.313)</b>	-	<b>(2.429.313)</b>	<b>(2.121.457)</b>
<b>Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)</b>	4.1	<b>(5.365.171)</b>	-	-	<b>(5.365.171)</b>	<b>28.713.919</b>
Montante bruto		(5.365.171)	-	-	(5.365.171)	28.713.919
Parte dos resseguradores		-	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados, líquida de resseguro</b>	4.1	<b>(1.229.753)</b>	<b>30.213</b>	-	<b>(1.199.540)</b>	<b>(915.201)</b>
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	21	<b>(40.763.547)</b>	<b>(66.215.396)</b>	-	<b>(106.978.943)</b>	<b>(106.531.371)</b>
Custos de aquisição		(36.073.540)	(59.218.257)	-	(95.291.797)	(98.989.790)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(132.316)	(2.204.358)	-	(2.336.674)	(1.136.386)
Gastos administrativos		(4.747.137)	(11.385.585)	-	(16.132.722)	(16.580.638)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		189.446	6.592.804	-	6.782.250	10.175.443
<b>Rendimentos</b>	16	<b>11.903.425</b>	<b>17.494.195</b>	<b>93.437</b>	<b>29.491.057</b>	<b>29.631.253</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		20.624.328	16.038.046	89.917	36.752.291	34.391.957
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5,16	(8.720.903)	-	-	(8.720.903)	(6.616.998)
Outros		-	1.456.149	3.520	1.459.669	1.856.294
<b>Gastos financeiros</b>	21	<b>(1.293.204)</b>	<b>(792.088)</b>	-	<b>(2.085.292)</b>	<b>(1.863.408)</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	-
Outros		(1.293.204)	(792.088)	-	(2.085.292)	(1.863.408)
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	17	<b>96.345</b>	<b>(126.097)</b>	-	<b>(29.752)</b>	<b>(19.862.257)</b>
De ativos disponíveis para venda		96.345	(126.097)	-	(29.752)	(19.862.257)
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-	-
De outros		-	-	-	-	-
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	17, 18	<b>-</b>	<b>(53.127)</b>	<b>83.017</b>	<b>29.890</b>	<b>208.210</b>
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	(27)	83.017	82.990	27.710
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	(53.100)	-	(53.100)	180.500
<b>Diferenças de câmbio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</b>		<b>-</b>	<b>89.904</b>	<b>(127.241)</b>	<b>(37.337)</b>	<b>(175.767)</b>
<b>Perdas de imparidade (líquidas de reversão)</b>		<b>(625.217)</b>	<b>(363.986)</b>	<b>1.120.224</b>	<b>131.021</b>	<b>2.130.849</b>
De ativos disponíveis para venda	6.1	(625.217)	(251.638)	-	(876.855)	(684.269)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	13	-	-	1.121.421	1.121.421	2.817.333
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-
De outros	9	-	(112.348)	(1.197)	(113.545)	(2.215)
<b>Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro</b>		<b>-</b>	<b>356.264</b>	<b>-</b>	<b>356.264</b>	<b>493.325</b>
<b>Outras provisões (variação)</b>	13	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.248.756</b>	<b>2.248.756</b>	<b>(623.730)</b>
<b>Outros rendimentos/gastos</b>	37, 4	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>741.537</b>	<b>741.537</b>	<b>(169.999)</b>
<b>Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>20.833.956</b>	<b>17.922.594</b>	<b>4.159.730</b>	<b>42.916.280</b>	<b>35.082.562</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24	-	-	(12.333.462)	(12.333.462)	(10.375.753)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24	-	-	(590.561)	(590.561)	(1.007.681)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>20.833.956</b>	<b>17.922.594</b>	<b>(8.764.293)</b>	<b>29.992.257</b>	<b>23.699.128</b>
Atribuível aos acionistas da Companhia					29.987.736	23.703.890
Atribuível aos interesses que não controlam					4.521	(4.762)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>					<b>29.992.257</b>	<b>23.699.128</b>
<b>RESULTADO POR AÇÃO</b>					<b>3,79</b>	<b>3,00</b>

## Demonstração do Rendimento Integral Consolidado

para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores em Euros)

	2013	2012
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>29.992.257</b>	<b>23.699.128</b>
Atribuível aos acionistas da Companhia	29.987.736	23.703.890
Atribuível aos interesses que não controlam	4.521	(4.762)
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</b>	<b>13.443.555</b>	<b>54.666.793</b>
Alterações da reserva de justo valor	20.627.351	77.847.820
Provisão para participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(840.173)	(555.124)
Impostos diferidos e correntes	(6.343.623)	(22.625.903)
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</b>	<b>49.245</b>	<b>722.582</b>
Reconhecimento dos desvios atuariais	71.890	1.054.864
Imposto sobre desvios atuariais	(22.645)	(332.282)
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>43.485.057</b>	<b>79.088.503</b>
Atribuível aos acionistas da Companhia	43.480.536	79.093.265
Atribuível aos interesses que não controlam	4.521	(4.762)
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>43.485.057</b>	<b>79.088.503</b>

## Demonstração das Variações do Capital Próprio Consolidado

para os Exercícios em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores em Euros)

Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Reserva de reavaliação Por ajusta- mentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos e correntes	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses que não controlam	TOTAL
				Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas					
<b>Balanco a 01 de Janeiro de 2012</b>	39.545.400	(69.587.706)	20.375.091	23.971.404	31.004.878	18.032.671	84.639.398	34.714.551	182.695.687	170.614	182.866.301
Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	722.582	-	-	722.582	-	722.582
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	77.292.696	-	-	-	-	-	-	77.292.696	-	77.292.696
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	(22.625.903)	-	-	-	-	-	(22.625.903)	-	(22.625.903)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	3.482.789	-	-	31.231.762	(34.714.551)	-	-	-
Distribuição de lucros/ prejuízos	-	-	-	-	-	-	(31.319.956)	-	(31.319.956)	-	(31.319.956)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.762)	(4.762)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	23.703.890	23.703.890	-	23.703.890
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2012</b>	39.545.400	7.704.990	(2.250.812)	27.454.193	31.004.878	18.755.253	84.551.204	23.703.890	230.468.996	165.852	230.634.848
Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	49.245	-	-	49.245	-	49.245
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	19.787.178	-	-	-	-	-	-	19.787.178	-	19.787.178
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(6.343.623)	-	-	-	-	-	(6.343.623)	-	(6.343.623)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2.372.778	-	-	21.331.112	(23.703.890)	-	-	-
Distribuição de lucros/ prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.521	4.521
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	29.987.736	29.987.736	-	29.987.736
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2013</b>	39.545.400	27.492.168	(8.594.435)	29.826.971	31.004.878	18.804.498	105.882.316	29.987.736	273.949.532	170.373	274.119.905



## Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

(Valores em Euros)

	2013	2012
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	29.987.736	23.703.890
Depreciações e amortizações do exercício	1.081.627	1.168.485
Variação das provisões técnicas de seguro direto	(21.511.534)	(55.924.586)
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	6.338.665	5.730.242
Variação de passivos por contratos de investimento	47.806.220	40.726.385
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	(131.021)	(2.130.849)
Variação no justo valor de imóveis de rendimento	24.935	180.600
Variação de outras provisões	(2.248.756)	12.843
Variação de ativos de negociação	(236.974)	(132.404)
Variação de empréstimos e contas a receber	(71.406)	342.506
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	(11.763.271)	57.722.550
Variação de outros ativos e passivos por impostos	(3.415.892)	(642.687)
Variação de outros ativos e passivos	(716.518)	864.930
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	(1.320.768)	(7.114.408)
	<b>43.823.043</b>	<b>64.507.497</b>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	25.420.092	17.681.980
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	(369.818.611)	27.528.754
Variação nos investimentos a deter até à maturidade	233.569.567	(3.500.275)
Variação em outros depósitos	253	9.978.691
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(3.964.303)	(1.224.659)
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	-	36.658
Alienações de terrenos e edifícios	1.196.000	-
	<b>(113.597.002)</b>	<b>50.501.149</b>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Distribuição de dividendos	-	(31.319.957)
Interesses que não controlam	4.521	(4.762)
	<b>4.521</b>	<b>(31.324.719)</b>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(69.769.438)	83.683.927
Caixa e equivalentes no início do período	86.936.696	3.252.769
Caixa e equivalentes no fim do período	17.167.258	86.936.696

# Demonstrações Financeiras Consolidadas

## Anexo

# Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

## Exercício de 2013

### 1. Informações gerais

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., (“Allianz Portugal” ou “Companhia” ou “Grupo”) com sede na Rua Andrade Corvo, n.º.32, 1069-014 Lisboa, é uma companhia de seguros, resultante da fusão por incorporação na Portugal Previdente - Companhia de Seguros, S.A., da Sociedade Portuguesa de Seguros, S.A., constituída por escritura pública de 27 de Setembro de 1999. Esta fusão teve, em termos contabilísticos, efeitos retroativos a 1 de Janeiro de 1999.

A Companhia de Seguros Allianz Portugal é detida em 35% pelo BBPI e em 64.85% pela Allianz Europe, B.V., sendo a Allianz SE o “ultimate parent” da Companhia.

A Companhia tem por objeto principal e exclusivo o exercício das atividades de seguro e resseguro dos ramos vida e não vida. De seguida apresenta-se uma breve análise das principais subsidiárias e associadas do Grupo em 31 de Dezembro de 2013:

	Sede	Atividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	Portugal	Seguros Vida e Não Vida		
Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	Gestão de Fundos Pensões	84,40%	Integral

### 2. Informação por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Allianz Portugal controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais: Vida, Acidentes de Trabalho, Automóvel e Restantes Ramos Não Vida.

O relato por segmentos operacionais de Não Vida para os exercícios de 2013 e 2012 é analisado como segue:

(Valores em Euros)

Rubricas do Ganhos e Perdas - Conta Técnica Não Vida	2013				
	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	269.910.207	48.912.932	119.402.620	41.149.471	60.445.184
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(199.978.182)	(51.105.410)	(70.834.487)	(32.237.646)	(45.800.639)
Provisão para riscos em curso (variação)	(1.134.837)	(1.021.049)	-	-	(113.788)
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(1.294.476)	-	-	(1.183.214)	(111.262)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	30.213	-	-	9.500	20.713
Custos e gastos de exploração líquidos	(66.215.396)	(11.650.356)	(31.483.610)	(9.246.510)	(13.834.920)
Rendimentos	17.494.195	11.417.910	4.062.523	1.138.629	875.133
Gastos de investimentos	(792.088)	(115.645)	(441.193)	(103.764)	(131.486)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(126.097)	(44.667)	(54.443)	(15.259)	(11.728)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(53.127)	(18.819)	(22.938)	(6.429)	(4.941)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	89.904	156.694	(44.655)	(12.516)	(9.619)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(363.986)	(165.620)	(132.625)	(37.172)	(28.569)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	356.264	(1.799)	357.746	115	202
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-
<b>Resultado Técnico</b>	<b>17.922.594</b>	<b>(3.635.829)</b>	<b>20.808.938</b>	<b>(544.795)</b>	<b>1.294.280</b>
<b>Rubricas do Balanço</b>					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	487.072.552	157.086.217	266.882.490	35.799.273	27.304.572
Provisões técnicas	314.161.188	124.375.263	121.918.758	38.501.541	29.365.626

(Valores em Euros)

Rubricas do Ganhos e Perdas - Conta Técnica Não Vida	2012				
	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	266.387.296	49.773.070	123.952.570	35.813.187	56.848.469
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(182.073.550)	(46.319.771)	(73.881.295)	(20.853.413)	(41.019.071)
Provisão para riscos em curso (variação)	(1.233.664)	(632.869)	-	1.045	(601.840)
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(1.056.414)	-	-	(1.053.573)	(2.841)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	305.004	206.370	-	(4.500)	103.134
Custos e gastos de exploração líquidos	(66.388.825)	(12.258.581)	(31.637.121)	(9.159.348)	(13.333.775)
Rendimentos	17.504.849	11.169.833	4.382.534	1.089.773	862.709
Gastos de investimentos	(791.816)	(114.813)	(437.874)	(105.312)	(133.817)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	189.250	60.575	89.017	22.135	17.523
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(3.823.123)	(4.156.887)	230.897	57.415	45.452
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	(190.600)	(61.007)	(89.652)	(22.293)	(17.648)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(443.954)	(142.100)	(208.822)	(51.926)	(41.106)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	493.325	13.959	472.231	5.161	1.974
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-
<b>Resultado Técnico</b>	<b>28.877.778</b>	<b>(2.462.221)</b>	<b>22.872.485</b>	<b>5.738.351</b>	<b>2.729.163</b>
<b>Rubricas do Balanço</b>					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	467.183.904	145.326.564	256.730.795	36.917.279	28.209.266
Provisões técnicas	345.155.002	122.177.743	148.916.603	41.981.632	32.079.044

O relato por segmentos operacionais de Vida para os exercícios de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
<b>Conta Técnica Vida</b>		
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	124.453.769	95.861.099
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	507.473	781.582
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(66.850.164)	(74.788.231)
Provisão matemática (variação)	(5.365.171)	28.713.919
Participação nos resultados atribuída	(1.229.753)	(1.220.205)
Provisão para compromissos de taxa (variação)	-	-
Provisão para compromissos de taxa, parte dos resseguradores (variação)	-	-
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	168.621
Custos e gastos de exploração líquidos	(40.763.547)	(40.142.546)
Rendimentos	11.903.425	12.013.015
Gastos de investimentos	(1.293.204)	(1.071.592)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	96.345	(16.039.134)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(12.000)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(625.217)	(242.530)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-
<b>Resultado Técnico</b>	<b>20.833.956</b>	<b>4.021.998</b>
<b>Rubricas do Balanço</b>		
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	605.057.850	566.019.396
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	552.391.805	495.103.285

### 3. Bases de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das políticas contabilísticas

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCES 07"), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com exceção do IFRS 4 Contratos de Seguro, em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Companhia, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros em vigor que acolhe

o regime dos IFRS adotados pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2013, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

Em 2013 a Allianz adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2013. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2013, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até

à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o PCES 07 requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas seguidamente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 27 de Fevereiro de 2014.

As notas que se seguem respeitam a ordem definida no Plano de Contas, sendo de referir que os números não incluídos neste Anexo não têm aplicação, por irrelevância dos valores ou por inexistência de situações a reportar.

## Políticas Contabilísticas

### *Princípios de consolidação*

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos da Allianz e das suas subsidiárias (Grupo), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, a Allianz passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

### *Investimentos em subsidiárias*

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política

financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível à Allianz, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos da Allianz até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pela Allianz sejam recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

### *Investimentos em associadas*

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Allianz Portugal detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas da Allianz pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que a Allianz adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis à Allianz iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência

patrimonial é interrompido, exceto se a Allianz tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

### Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Allianz, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

### Ativos financeiros

#### Classificação

A Allianz Portugal classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos Financeiros classificados no momento inicial ao Justo valor por via de ganhos e perdas. Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

#### Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Allianz tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Allianz a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Allianz

ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

#### Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

#### Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

#### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são

reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizadas de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (“Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures”). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade (“Held-to-maturity”), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

A Allianz adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 6.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

Durante 2013, a Companhia procedeu à alienação de ativos

detidos até à maturidade, não cumprindo os requisitos definidos na IAS 39 para a classificação deste tipo de ativos (“tainting”). Nessa base, até ao final do exercício de 2015 a Allianz não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

#### Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (1) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (2) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Os critérios utilizados pela Allianz Portugal são apresentados no ponto dedicado aos julgamentos e estimativas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras.

#### Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.



O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### Derivados embutidos

Os derivativos que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivativos embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

### Caixa, seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

### Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico,

são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

### Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo de aquisição líquido das amortizações e deduzido de perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são capitalizados se for provável que fluirão para a empresa benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente.

Os custos de assistência não são capitalizados, visto terem, por objetivo, a reparação e manutenção do ativo existente com vista ao seu normal funcionamento e não o aumento dos benefícios económicos futuros. Este tipo de custos é registado em gastos quando incorrido.

As amortizações são efetuadas pelo método das quotas para que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada:

	Nº de anos
Imóveis de uso próprio	25 a 54
Equipamento administrativo	8
Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 10
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	3 a 8

A Companhia avalia, a cada data de reporte, se existem indícios de imparidade. É considerada a existência de imparidade se o valor contabilístico do ativo for superior ao maior valor entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda (valor recuperável). A imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

A estimativa do período de vida útil do ativo segue critérios económicos (estimativa dos fluxos dos benefícios económicos futuros). O período de vida útil é estimado na compra do ativo e revisto no final de cada data de reporte.

São considerados imóveis para uso próprio, aqueles que se destinam a serem usados pela Companhia no exercício da sua atividade.

### Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

### Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (4 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e

benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

### Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro.

No decurso da sua atividade, a Allianz Portugal aceita e/ou cede negócio. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

### Benefícios aos empregados

#### Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

As alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, sendo de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano, deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano dos benefícios a cargo da Companhia é financiado

anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

#### **Plano de contribuição definida**

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de Dezembro de 2013, a Companhia tem um plano de contribuição definida para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora a partir de 22 de Junho de 1995, em que a Companhia efetuava contribuições anuais e iguais a 1% da remuneração desses colaboradores.

Está em curso o processo de transferência junto do ISP das responsabilidades dos serviços passados dos trabalhadores admitidos na atividade seguradora antes de 1995 e que se encontram no plano de benefício definido, para o novo plano de contribuição definida a constituir de acordo com as regras definidas pelo novo contrato coletivo de trabalho. Em 31.12.2013 estas responsabilidades representavam Euros 3.041.181, valor que vai ser transferido para o novo fundo de contribuição definida.

#### **Prémio de permanência**

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

#### **Benefícios de saúde**

A Companhia concede um benefício de assistência médica discricionária a reformados entre os 65 e os 70 anos, e os pré-reformados desde a data da pré-reforma, e a reformados por invalidez desde a data da invalidez até aos 70 anos.

O cálculo e registo destas obrigações são efetuados de forma

semelhante aos das responsabilidades com pensões.

### Bônus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

### Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

### Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

### Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida

esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transação.

### Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

### Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

### Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

## Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Allianz Portugal utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

- Títulos de rendimento variável (ações e fundos)
  - Decréscimo prolongado do justo valor: um ativo cujo justo valor esteja abaixo do seu valor de custo durante 9 meses consecutivos, ou;
  - Decréscimo significativo do justo valor: um ativo cujo justo valor, na data do reporte, esteja pelo menos 20% abaixo do seu valor de custo.
- Títulos de rendimento fixo (obrigações) - Quando há uma deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, terá de ser analisada a ocorrência de alguns fatores:
  - Dificuldades financeiras significativas do emitente;
  - *Default* no pagamento dos juros ou do principal;
  - Grande probabilidade de falência;
  - Desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Critérios adicionais:

Se um ou mais, dos fatores mencionados, se verificarem, existem alguns fatores adicionais que terão de ser analisados:

- Queda do justo valor devido à falta de liquidez (desaparecimento de um mercado ativo) ou alargamento de *spreads* (deterioração da qualidade do crédito);
- Permanência do justo valor 20% abaixo do valor amortizado por 6 meses consecutivos;
- "*Downgrades*" significativos por parte de uma ou mais Agências de rating;
- Recomendações de compra/venda dos analistas.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

## Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível

diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro a cinco anos (quatro anos para prejuízos apurados nos exercícios de 2010 ou 2011 e cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013), no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Allianz Portugal, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

## Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado.

Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática de contratos vida, a provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, a provisão para estabilização de carteira, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como

perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

#### **4 . Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro.**

##### **4.1 - Contratos de Seguro**

A Allianz Portugal emite contratos que incluem risco seguro e risco financeiro.

Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

Um contrato emitido em que o risco é essencialmente financeiro e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

##### **Reconhecimento de custos e proveitos**

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

##### **Prémios**

Os prémios brutos emitidos (direto e aceite) e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

##### **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

##### **Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada contrato em vigor. De acordo com a norma nº 19/94 do Instituto de Seguros de Portugal, o método "Pro-rata temporis" é aplicado sobre os prémios brutos emitidos, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

##### **Provisões matemáticas**

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor.

A Provisão matemática do ramo Vida tem como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia, conforme os pressupostos previstos nas respetivas apólices, como segue:

Modalidade	Tabela de Mortalidade	Taxa Técnica
<b>Carteira antiga (anterior a 1984)</b>		
1. Seguros em caso de morte	AF e PM 60/64	3,25% / 4%
2. Seguros em caso de vida	RF	3,25%
<b>Carteira nova (posterior a 1984)</b>		
1. Seguros em caso de morte		
Individuais	PM 60/64 e GKM 80	4%
Grupo	PM 60/64 e GKM 80	4%
2. Seguros em caso de vida		
Individuais	PF 60/64: TV 73/77	4% / 3%
Grupo	PF 60/64: TV 73/77	4%
3. Complemento opcional de reforma	PF 60/64: TV73/77; GRM 80	6% / 4% / 3,5% / 5% / 3%
4. Operações de capitalização		
Contratos com prazo até 8 anos	Não têm tábua de mortalidade	6%
Contratos com prazo superior a 8 anos	Não têm tábua de mortalidade	4%

### Provisão para estabilização da carteira

O Decreto-lei nº 8-C/2002, de 11 de Janeiro, veio introduzir algumas alterações a nível das Provisões Técnicas dos Seguros do Ramo Vida, nomeadamente à constituição da Provisão para Estabilização da Carteira.

Artigo 75º - Provisão de seguros e operações do ramo "Vida" - 8 - A provisão de estabilização de carteira deve ser constituída, relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária da Companhia seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo. Nessa base foi constituída provisão para a carteira de seguros do Crédito à Habitação – Taxa fixa.

### Provisão para participação nos resultados do ramo Vida

A provisão para participação de resultados, corresponde aos montantes destinados aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação de resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos, nomeadamente mediante a inclusão nas provisões matemáticas.

A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que preveem a sua constituição. O seu cálculo é efetuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos

resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afetada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efetuada em 1 de Janeiro ou na data aniversária seguinte (a 1 de Janeiro ou 1 de Julho consoante as modalidades).

A Provisão matemática e a Provisão para participação nos resultados da Companhia, desagrega-se por produto como se segue:

(Valores em Euros)

Modalidades	Provisão Matemática		Participação nos Resultados	
	2013		2013	
	No Início do Exercício	No final do Exercício	Atribuída no Exercício	Distribuída no Exercício
1. Vida Individual - Cor Longo Prazo	1.739.462	1.533.952	117.097	6.185
2. Vida Individual - Cor PPR	7.464.411	6.292.266	349.629	14.138
3. Vida Grupo - PLUS	3.212.511	3.260.390	40.412	0
4. Vida - Seguros Não Temporários	52.094.715	38.627.042	0	0
5. Vida - Seguros Temporários	95.015	82.670	107.055	0
6. Vida - Grupo em caso de Vida c/ Part	70.469	0	52.702	0
7. Vida - Plano Poupança AS	703.600	541.518	56.392	0
8. Vida - PPR AS	1.753.110	1.436.243	0	0
9. Vida - Grupo Temporários Anuais Renováveis	0	0	459.595	500.289
10. Allianz PPR 3%	14.675.797	11.982.880	0	0
11. Allianz Plano Poupança 3%	7.369.919	6.754.343	0	0
12. Rendas Vitalícias + Capitais Diferidos SPS	16.826	15.806	0	0
13. Plano 2000	1.796.753	961.569	0	0
14. Capital Diferido a Prémios Únicos Sucessivos SPS 4%	5.509.241	4.766.938	0	0
15. Plano Poupança SPS - PPR	9.026.997	7.816.256	0	0
16. Rendas Vitalícias sem Fundo Autónomo SPS	150.135	142.089	0	0
17. UniversAll Plano Poupança (2%)	4.200.752	3.172.874	0	0
18. UniversAll PPR (2%)	9.050.312	7.363.417	0	92.636
19. UniversAll Tota I (2%)	2.836.468	2.640.846	0	0
20. Plano Poupança Grupo - 2%	3.652.914	10.575.736	0	4.031
21. Crédito Habitação - Taxa Fixa	0	0	46.870	0
22. Crédito Habitação - Idade a Idade	0	0	0	0
23. Crédito ao Consumo	0	0	0	0
24. Vitall	0	0	0	0
25. Financeiros Taxa Renovável sem participação	7.982.760	7.260.994	0	0
26. Outros sem participação	16.877.109	47.020.415	0	0
27. Provisão Adicional Leman	6.354.492	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>156.633.766</b>	<b>162.248.244</b>	<b>1.229.753</b>	<b>617.280</b>

### Provisão para participação nos resultados a atribuir - shadow accounting

Os ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros que se encontrem afetos a contratos de seguros e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro no pressuposto de que efetivamente lhe serão distribuídos aquando da sua realização.

À data de 31 de Dezembro de 2013, esta provisão apresenta o montante de Euros 1.395.297. Em 2012 esta provisão apresentava saldo de Euros 555.124.

### Teste à adequação das responsabilidades (LAT)

A Allianz Portugal testa a adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Esta avaliação é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. O desconto dos cash flows é

feito com base na curva de rendimentos financeiros gerada pela carteira de ativos afeta a cada portfolio. Esta avaliação é efetuada por produto ou de forma agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

### Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, por referência a métodos atuariais reconhecidos e



legislação laboral vigente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de trabalho são analisados, como segue:

	Pensões não remíveis	Pensões remíveis
Tábua de mortalidade	25% GKF80 + 75% GKM95	TD 88/90
Taxa de desconto	4%	5,25%
Encargos de gestão	2%	-

A Companhia suporta ainda 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de cada ano relativo a contratos de seguro de Acidentes de Trabalho, bem como sobre o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, em pagamento a 31 de Dezembro de cada ano. Este valor é assim entregue ao Estado para que faça a gestão do Fundo Acidentes de Trabalho (FAT). É ainda constituída uma Provisão FAT, para fazer face às contribuições futuras até à extinção das responsabilidades das pensões em pagamento a 31 de Dezembro de cada ano.

O valor atual desta responsabilidade é registado nas demonstrações financeiras no momento da determinação das pensões.

O desenvolvimento da provisão para sinistros é analisado como se segue:

(Valores em Euros)										
Ocorrência	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
2004	210.033	203.590	195.493	196.899	192.937	195.149	192.958	189.907	188.533	187.133
2005		199.336	196.004	186.535	180.314	180.802	178.372	174.341	172.765	170.719
2006			174.444	183.806	179.073	166.178	163.685	161.637	159.419	156.391
2007				170.284	181.661	167.645	165.183	162.652	160.595	157.458
2008					172.791	186.162	173.356	171.756	168.451	166.133
2009						171.151	185.924	182.302	179.919	178.384
2010							186.013	193.017	191.932	190.278
2011								189.241	193.589	195.312
2012									200.664	205.465
2013										215.944
Montantes pagos	180.437	163.262	150.316	146.985	156.516	165.614	177.538	178.198	181.604	147.449
Provisões para sinistros *	6.696	7.457	6.076	10.473	9.617	12.770	12.739	17.114	23.862	68.494

\* A provisão para sinistros não inclui os anos de ocorrência anteriores a 2004.

## Reajustamentos a sinistros ocorridos em exercícios anteriores

Os reajustamentos efetuados a sinistros ocorridos em exercícios anteriores decorrem da dinâmica da gestão corrente dos processos de sinistro.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

RAMOS	2013			
	Provisão para sinistros em 31/12/N-1*	Custos com sinistros montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros em 31/12/N	Reajustamentos
<b>VIDA</b>	<b>18.362.923</b>	<b>7.598.200</b>	<b>11.017.394</b>	<b>252.671</b>
ACIDENTES E DOENÇA	123.285.495	34.345.709	95.542.035	6.602.250
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	14.238.355	9.372.989	3.615.047	(1.250.318)
AUTOMÓVEL	111.545.765	41.492.823	56.051.203	(14.001.739)
- RESPONSABILIDADE CIVIL	90.782.446	34.669.300	52.071.120	(4.042.026)
- OUTRAS COBERTURAS	20.763.319	6.823.523	3.980.083	(9.959.713)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	824.273	811.341	396.110	383.178
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	8.188.878	1.266.076	4.821.233	(2.101.569)
CRÉDITO E CAUÇÃO	632.145	147.242	212.192	(272.712)
PROTEÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	14.500	-	-	(14.500)
DIVERSOS	351.136	15.774	200.791	(134.572)
<b>NÃO VIDA</b>	<b>259.080.547</b>	<b>87.451.954</b>	<b>160.838.611</b>	<b>(10.789.982)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>277.443.470</b>	<b>95.050.154</b>	<b>171.856.005</b>	<b>(10.537.311)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 14.052.208 (2012: Euros 19.146.933) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2013 e ainda não reportados (IBNR).

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 85.831.997 (2012: Euros 84.845.916) referente à provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

Adicionalmente, a Provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 4.132.768 (2012: Euros 5.948.931), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

(Valores em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2013			
	Montantes pagos-prestações	Montantes pagos-custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
SEGURO DIRETO				
ACIDENTES E DOENÇA	90.655.352	4.354.493	693.160	95.703.005
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	38.084.699	2.332.520	(3.813.954)	36.603.265
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	58.240.000	3.350.643	(13.015.073)	48.575.570
- OUTRAS COBERTURAS	31.156.169	2.291.041	(11.385.277)	22.061.933
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1.699.835	111.555	362.642	2.174.032
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.155.367	218.584	(2.044.957)	328.994
CRÉDITO E CAUÇÃO	135.580	41.690	(406.774)	(229.504)
DIVERSOS	3.825	69.865	(145.571)	(71.881)
<b>Total</b>	<b>222.130.827</b>	<b>12.770.391</b>	<b>(29.755.804)</b>	<b>205.145.414</b>
RESSEGURO ACEITE	-	-	1.804	1.804
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>222.130.827</b>	<b>12.770.391</b>	<b>(29.754.000)</b>	<b>205.147.218</b>

(Valores em Euros)

RAMOS /GRUPOS DE RAMOS	2012			
	Montantes pagos-prestações	Montantes pagos-custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
SEGURO DIRETO				
ACIDENTES E DOENÇA	80.082.609	3.897.828	1.788.343	85.768.780
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	26.451.021	2.079.395	(2.326.435)	26.203.981
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	62.272.181	2.902.023	(12.176.768)	52.997.436
- OUTRAS COBERTURAS	30.622.045	2.006.980	(12.804.611)	19.824.414
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1.461.964	118.894	(229.383)	1.351.475
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.868.449	214.028	(1.387.052)	695.425
CRÉDITO E CAUÇÃO	97.376	42.251	245.469	385.096
DIVERSOS	17.884	51.019	29.917	98.820
<b>Total</b>	<b>202.873.529</b>	<b>11.312.418</b>	<b>(26.860.520)</b>	<b>187.325.427</b>
RESSEGURO ACEITE	1.360	-	(1.500)	(140)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>202.874.889</b>	<b>11.312.418</b>	<b>(26.862.020)</b>	<b>187.325.287</b>

### Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

### Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

### Provisões técnicas de resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros, de resseguro cedido, correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro direto.

As provisões técnicas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são analisadas como segue:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
<b>Seguro Direto</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	2.474.156	71.654.193	74.128.349	2.609.646	75.247.207	77.856.853
Provisão matemática	162.248.244	-	162.248.244	156.633.766	-	156.633.766
Provisão para sinistros	20.913.590	229.334.689	250.248.279	18.362.923	259.080.547	277.443.470
Provisão para desvios de sinistralidade	-	10.143.866	10.143.866	-	8.849.391	8.849.391
Provisão para riscos em curso	-	3.003.046	3.003.046	-	1.868.209	1.868.209
Provisão para estabilização de carteira	2.215.036	-	2.215.036	2.215.036	-	2.215.036
Provisão para participação nos resultados	14.007.401	25.394	14.032.795	12.554.756	109.668	12.664.424
<b>Total</b>	<b>201.858.427</b>	<b>314.161.188</b>	<b>516.019.615</b>	<b>192.376.127</b>	<b>345.155.022</b>	<b>537.531.149</b>
<b>Resseguro Cedido</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	303.110	19.644.319	19.947.429	293.707	22.895.768	23.189.475
Provisão para sinistros	2.927.388	9.389.324	12.316.712	875.763	14.537.568	15.413.331
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.230.498</b>	<b>29.033.643</b>	<b>32.264.141</b>	<b>1.169.470</b>	<b>37.433.336</b>	<b>38.602.806</b>

A provisão para prémios não adquiridos de Não Vida encontra-se líquida de custos de aquisição diferidos no montante de Euros 24.648.415 (2012: Euros 26.852.773).

As provisões técnicas do segmento Não Vida por ramo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são analisadas como segue:

(Valores em Euros)

	2013						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos
<b>Seguro Direto</b>							
Provisão para prémios não adquiridos	71.654.193	15.674.701	18.017.707	34.825.643	951.154	1.955.213	229.775
Provisão para sinistros	229.334.689	123.975.362	10.473.970	87.093.115	1.186.915	6.143.922	461.405
Provisão para desvios de sinistralidade	10.143.866	-	10.004.864	-	-	-	139.002
Provisão para riscos em curso	3.003.046	2.911.552	-	-	91.494	-	-
Provisão para participação nos resultados	25.394	15.394	5.000	-	-	5.000	-
<b>Total</b>	<b>314.161.188</b>	<b>142.577.009</b>	<b>38.501.541</b>	<b>121.918.758</b>	<b>2.229.563</b>	<b>8.104.135</b>	<b>830.182</b>
<b>Resseguro Cedido</b>							
Provisão para prémios não adquiridos	19.644.319	7.042.728	7.153.232	4.601.679	429.589	233.957	183.134
Provisão para sinistros	9.389.324	2.895.338	2.983.349	1.276.770	439.265	1.661.125	133.477
<b>Total</b>	<b>29.033.643</b>	<b>9.938.066</b>	<b>10.136.581</b>	<b>5.878.449</b>	<b>868.854</b>	<b>1.895.082</b>	<b>316.611</b>

	2012						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos
<b>Seguro Direto</b>							
Provisão para prémios não adquiridos	75.247.207	15.881.665	18.907.127	37.370.838	896.827	1.934.693	256.057
Provisão para sinistros	259.080.547	123.285.495	14.238.354	111.545.765	824.273	8.188.878	997.782
Provisão para desvios de sinistralidade	8.849.391	-	8.821.650	-	-	-	27.741
Provisão para riscos em curso	1.868.209	1.774.930	-	-	-	-	93.279
Provisão para participação nos resultados	109.668	43.168	14.500	-	-	52.000	-
<b>Total</b>	<b>345.155.022</b>	<b>140.985.258</b>	<b>41.981.631</b>	<b>148.916.603</b>	<b>1.721.100</b>	<b>10.175.571</b>	<b>1.374.859</b>
<b>Resseguro Cedido</b>							
Provisão para prémios não adquiridos	22.895.768	8.264.490	8.980.801	4.747.896	507.940	187.228	207.413
Provisão para sinistros	14.537.568	2.889.038	6.141.018	2.288.256	339.578	2.616.859	262.819
<b>Total</b>	<b>37.433.336</b>	<b>11.153.528</b>	<b>15.121.819</b>	<b>7.036.152</b>	<b>847.518</b>	<b>2.804.087</b>	<b>470.232</b>

Os custos com sinistros e variação de outras provisões é analisada como segue:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
<b>Seguro Direto</b>						
Sinistros pagos	(67.273.750)	(234.901.218)	(302.174.968)	(77.799.408)	(214.187.307)	(291.986.715)
Varição da provisão para sinistros	(2.550.667)	29.754.000	27.203.333	1.518.192	26.862.020	28.380.212
Provisão matemática	(5.365.171)	-	(5.365.171)	28.713.919	-	28.713.919
Provisão para participação nos resultados	(1.229.753)	30.213	(1.199.540)	(1.179.542)	305.004	(874.538)
Outras provisões técnicas	-	(2.429.313)	(2.429.313)	168.621	(2.290.078)	(2.121.457)
<b>Total</b>	<b>(76.419.341)</b>	<b>(207.546.318)</b>	<b>(283.965.659)</b>	<b>(48.578.218)</b>	<b>(189.310.361)</b>	<b>(237.888.579)</b>
<b>Resseguro Cedido</b>						
Sinistros pagos	922.627	10.317.280	11.239.907	1.629.383	9.599.961	11.229.344
Varição da provisão para sinistros	2.051.626	(5.148.244)	(3.096.618)	(136.398)	(4.348.224)	(4.484.622)
Provisão Matemática	-	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	(40.663)	-	(40.663)
<b>Total</b>	<b>2.974.253</b>	<b>5.169.036</b>	<b>8.143.289</b>	<b>1.452.322</b>	<b>5.251.737</b>	<b>6.704.059</b>
<b>Total líquido de resseguro</b>	<b>(73.445.088)</b>	<b>(202.377.282)</b>	<b>(275.822.370)</b>	<b>(47.125.896)</b>	<b>(184.058.624)</b>	<b>(231.184.520)</b>

#### 4.2 Apresentação dos rácios decorrentes da atividade da Allianz Portugal

	Não Vida	
	2013	2012
Rácio Sinistralidade	64,5%	58,8%
Custos aquisição	19,3%	20,1%
Custos administrativos	3,6%	3,8%
<b>Rácio de Custos de Exploração</b>	<b>22,9%</b>	<b>23,9%</b>
<b>Rácio Combinado</b>	<b>87,4%</b>	<b>82,7%</b>

#### 4.3 Montantes recuperáveis relativos a sinistros

Os montantes recuperáveis relativamente à ocorrência de sinistros totalizam em 2013 Euros 105.327 (2012: Euros 97.185).

#### 4.4 Adequação dos prémios e das provisões

De acordo com a política de preços da Allianz Portugal, verificou-se que os prémios adquiridos são suficientes para fazer face às responsabilidades e despesas ocorridas no Exercício.

Adicionalmente, os preços praticados são diferenciados de acordo com os vários segmentos de mercado permitindo um crescimento sustentável e rentável.

A política de Provisionamento da Allianz Portugal é regida pelo princípio da "melhor estimativa".

Na Allianz Portugal existe um comité de reservas que tem como finalidade estabelecer procedimentos de controlo e entendimento de reservas comuns a todo o grupo. O comité de reservas reúne-se trimestralmente, sendo discutida a suficiência das reservas da Companhia.

A análise das reservas anual assenta em métodos atuariais, com um histórico de 12 anos, com base nos triângulos de montantes pagos e custos agregados (analisando o seu desenvolvimento com base ano de ocorrência vs. ano de participação).

Mensalmente, são elaborados um conjunto de indicadores de gestão (prémios e sinistros) que tem por fim a monitorização dos vários produtos da Allianz Portugal e das provisões técnicas respetivas.

O atuário responsável, em conjunto com o comité de reservas, concluíram pela suficiência das provisões técnicas.

Como teste de adequação de reservas do ramo vida, efetuamos o cálculo da reserva utilizando as "melhores estimativas" para os pressupostos atuariais em vez dos pressupostos utilizados no cálculo do prémio e não observamos indícios de insuficiência de reserva (LAT).

## 5. Passivos por contratos de investimento

A rubrica relativa aos passivos por contratos de investimento é analisada como se segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Contratos de investimento ao justo valor através de resultados	15.889.061	38.104.763
Contratos de investimentos ao custo amortizado	334.644.317	264.622.395
<b>Total Passivos por Contratos de Investimentos</b>	<b>350.533.378</b>	<b>302.727.158</b>

A movimentação dos passivos por contratos de investimento, é analisada como se segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
<b>Contratos ao justo valor através de resultados</b>		
Saldo a 1 Janeiro	38.104.763	53.852.974
Depósitos	157.039	265.633
Benefícios	(23.678.828)	(20.487.256)
Valorizações/Desvalorizações	1.306.088	4.473.412
<b>Saldo a 31 Dezembro</b>	<b>15.889.061</b>	<b>38.104.763</b>

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
<b>Contratos ao custo amortizado</b>		
Saldo a 1 Janeiro	264.622.395	208.147.799
Depósitos	106.046.544	91.060.063
Benefícios	(44.745.525)	(41.202.465)
Juro Técnico	8.720.903	6.616.998
<b>Saldo a 31 Dezembro</b>	<b>334.644.317</b>	<b>264.622.395</b>

## 6. Instrumentos Financeiros

### 6.1 O inventário de títulos e participações está evidenciado no Anexo 1.

A carteira de Ativos financeiros detidos para negociação é apresentada como segue:

(Valores em Euros)

	2013		2012	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Opções	373.445	373.445	136.471	136.471
<b>TOTAL</b>	<b>373.445</b>	<b>373.445</b>	<b>136.471</b>	<b>136.471</b>
<b>Dos quais:</b>				
Nível 1	-	-	-	-
Nível 2	373.445	-	136.471	-
Nível 3	-	-	-	-
	<b>373.445</b>		<b>136.471</b>	

O detalhe da carteira de Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas por tipo de ativo, é apresentado como segue:

(Valores em Euros)

	2013			
	Custo aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor de balanço
Dívida pública	408.846	(15.148)	5.114	398.812
Obrigações de outros emissores	13.862.985	699.035	-	14.562.020
Instrumentos de capital e unidades de participação	922.237	(132.018)	-	790.219
<b>TOTAL</b>	<b>15.194.068</b>	<b>551.869</b>	<b>5.114</b>	<b>15.751.051</b>

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Dívida pública	398.812	-	-	398.812
Obrigações de outros emissores	-	14.562.020	-	14.562.020
Instrumentos de capital e unidades de participação	790.219	-	-	790.219
<b>TOTAL</b>	<b>1.189.031</b>	<b>14.562.020</b>	<b>-</b>	<b>15.751.051</b>

2012

	Custo aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor balanço
Dívida pública	552.460	10.632	6.238	569.330
Obrigações de outros emissores	34.655.363	3.805.638	82.579	38.543.580
Instrumentos de capital e unidades de participação	2.049.317	8.916	-	2.058.233
<b>TOTAL</b>	<b>37.257.140</b>	<b>3.825.186</b>	<b>88.817</b>	<b>41.171.143</b>

Dos quais:

Nível 1				41.171.143
Nível 2				-
Nível 3				-
				<b>41.171.143</b>

O detalhe da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda é apresentado como segue:

(Valores em Euros)

	2013					Valor Balanço
	Custo Aquisição Ajustado	Reserva Justo valor		Imparidade	Juro	
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	331.831.261	13.688.931	(459.149)	-	5.513.768	350.574.811
De outros emissores	600.804.025	22.999.633	(2.597.999)	-	14.817.353	636.023.012
	932.635.286	36.688.564	(3.057.148)	-	20.331.121	986.597.823
Ações	1.792.610	1.998.063	(20.082)	-	-	3.770.591
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	23.154.306	568.068	-	(876.855)	-	22.845.519
<b>Total</b>	<b>957.582.202</b>	<b>39.254.695</b>	<b>(3.077.230)</b>	<b>(876.855)</b>	<b>20.331.121</b>	<b>1.013.213.933</b>

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	350.574.811	-	-	350.574.811
De outros emissores	631.065.147	4.957.865	-	636.023.012
	981.639.958	4.957.865	-	986.597.823
Ações	2.652.555	1.118.036	-	3.770.591
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	19.914.873	2.930.646	-	22.845.519
<b>Total</b>	<b>1.004.207.386</b>	<b>9.006.547</b>	<b>-</b>	<b>1.013.213.933</b>

	2012					Valor Balanço
	Custo Aquisição Ajustado	Reserva Justo valor		Imparidade	Juro	
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	108.174.419	6.651.327	(141.787)	-	1.627.262	116.311.221
De outros emissores	469.956.849	17.059.902	(6.610.173)	-	10.948.930	491.355.508
	578.131.268	23.711.229	(6.751.960)	-	12.576.192	607.666.729
Ações	1.792.610	1.420.698	(12.996)	-	-	3.200.312
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	13.838.575	463.652	-	(684.269)	-	13.617.958
<b>Total</b>	<b>593.762.453</b>	<b>25.595.579</b>	<b>(6.764.956)</b>	<b>(684.269)</b>	<b>12.576.192</b>	<b>624.484.999</b>
Dos quais:						-
Nível 1						611.344.520
Nível 2						13.140.479
Nível 3						-
						<b>624.484.999</b>



Durante o exercício de 2013 a Allianz procedeu à transferência de títulos da categoria de investimentos a deter até à maturidade no valor de Euros 231.035.021, para investimentos disponíveis para venda, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Na data de transferência	
	Valor de balanço	Valor de mercado
De investimento detidos até à maturidade	231.035.021	237.795.638

Esta transferência ocorreu como resultado da alteração de intenção da Companhia em manter os títulos até à maturidade.

Como consequência desta reclassificação a Companhia não poderá classificar títulos em Investimentos a deter até à maturidade até 1 de Janeiro de 2016.

As carteiras de ativos de negociação, de ativos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e de ativos financeiros disponíveis para venda são registadas ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.

De acordo com os requisitos da IFRS 7, estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou providers;
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

## 6.2. Empréstimos e contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica é analisado como se segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Outros depósitos	-	253
Empréstimos concedidos	2.177.166	2.105.760
<b>TOTAL</b>	<b>2.177.166</b>	<b>2.106.013</b>

## 6.3. Investimentos a deter até à maturidade

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica é analisado como se segue:

	Valor do Balanço	
	2013	2012
Títulos de dívida		
De dívida pública	-	233.569.567
De outros emissores	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>233.569.567</b>

Durante o exercício de 2011 a Allianz procedeu à reclassificação de títulos no valor de 208.332.116 euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Na data de transferência							
	Valor de aquisição	Valor do balanço	Reserva de justo valor		Valor dos cash flows futuros <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva <sup>(b)</sup>	Valor de mercado em Dezembro de 2013	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2013 <sup>(c)</sup>
			Positiva	Negativa				
De Ativos financeiros disponíveis para venda	222.568.690	208.332.116	13.034	(14.285.988)	325.202.697	5	199.198.434	(6.982.955)

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência;

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo;

(c) O valor da reserva de justo valor amortizada durante o exercício de 2013 foi de Euros -3.280.509 (2012: Euros -1.846.793 e 2011: Euros -1.855.653).

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Allianz seria o seguinte:

	2013	2012
Impacto em reservas de justo valor	149.326	(9.669.794)
Efeito fiscal	(47.038)	2.804.240
	102.288	(6.865.554)

## 6.4 Outros passivos financeiros

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

## 6.5 Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Allianz Portugal são os seguintes:

### Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, empréstimos e contas a receber e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

### Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes ativos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado.

### Passivos financeiros ao custo amortizado

O justo valor é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juro sem risco à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(Valores em Euros)

	2013		2012	
	Justo valor	Valor balanço	Justo valor	Valor balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	17.167.258	17.167.258	86.936.696	86.936.696
Empréstimos e contas a receber	2.177.166	2.177.166	2.106.013	2.106.013
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	72.989.212	72.989.212	60.104.520	60.104.520
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	235.380.238	233.569.567
<b>ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>92.333.636</b>	<b>92.333.636</b>	<b>384.527.467</b>	<b>382.716.796</b>
Passivos financeiros ao custo amortizado	319.553.165	334.644.317	252.562.193	264.622.396
Outros passivos financeiros	3.578.015	3.578.015	1.426.031	1.426.031
Outros credores por operações de seguros e outras operações	36.654.061	36.654.061	37.974.829	37.974.829
<b>PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>	<b>359.785.241</b>	<b>374.876.393</b>	<b>291.963.053</b>	<b>304.023.256</b>

## 6.6 Maturidades

A estrutura de maturidades é analisada como segue:

(Valores em Euros)

Risco de liquidez 2013	Até 12 meses maturidade	1-2 anos maturidade	2-5 anos maturidade	> 5 anos maturidade	Maturidade indeterminada	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	17.167.258	-	-	-	-	17.167.258
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	373.445	373.445
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	14.562.020	-	398.812	-	790.219	15.751.051
Dívida pública	-	-	398.812	-	-	398.812
Obrigações de outros emissores	14.562.020	-	-	-	-	14.562.020
Instrumentos de capital	-	-	-	-	790.219	790.219
Investimentos disponíveis para venda	107.064.889	146.429.617	307.396.402	425.706.914	26.616.111	1.013.213.933
Dívida pública	4.591.789	81.244.867	57.743.271	206.994.883	-	350.574.810
Obrigações de outros emissores	102.473.100	65.184.750	249.653.131	218.712.031	-	636.023.012
Instrumentos de capital	-	-	-	-	26.616.111	26.616.111
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Dívida pública	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	75.166.378	-	-	-	-	75.166.378
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>213.960.545</b>	<b>146.429.617</b>	<b>307.795.214</b>	<b>425.706.914</b>	<b>27.779.775</b>	<b>1.121.672.065</b>
Passivos financeiros	91.973.683	71.416.098	121.596.674	105.778.999	-	390.765.454
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>91.973.683</b>	<b>71.416.098</b>	<b>121.596.674</b>	<b>105.778.999</b>	<b>-</b>	<b>390.765.454</b>
Líquido	121.986.862	75.013.519	186.198.540	319.927.915	27.779.775	730.906.611

(Valores em Euros)

Risco de liquidez 2012	Até 12 meses maturidade	1-2 anos maturidade	2-5 anos maturidade	> 5 anos maturidade	Maturidade indeterminada	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	86.936.696	-	-	-	-	86.936.696
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	136.471	136.471
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	24.053.425	14.145.945	698.183	215.357	2.058.233	41.171.143
Dívida pública	155.369	-	413.961	-	-	569.330
Obrigações de outros emissores	23.898.056	14.145.945	284.222	215.357	-	38.543.580
Instrumentos de capital	-	-	-	-	2.058.233	2.058.233
Investimentos disponíveis para venda	73.550.541	102.142.017	238.820.591	193.153.580	16.818.270	624.484.999
Dívida pública	17.473.907	4.771.665	14.098.856	79.966.793	-	116.311.221
Obrigações de outros emissores	56.076.634	97.370.352	224.721.735	113.186.787	-	491.355.508
Instrumentos de capital	-	-	-	-	16.818.270	16.818.270
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	74.500.797	159.068.770	-	233.569.567
Dívida pública	-	-	74.500.797	159.068.770	-	233.569.567
Outro ativos financeiros	62.210.533	-	-	-	-	62.210.533
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>246.751.195</b>	<b>116.287.962</b>	<b>314.019.571</b>	<b>352.437.707</b>	<b>19.012.974</b>	<b>1.048.509.409</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>70.856.560</b>	<b>52.315.460</b>	<b>161.960.715</b>	<b>56.995.283</b>	<b>-</b>	<b>342.128.018</b>
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>70.856.560</b>	<b>52.315.460</b>	<b>161.960.715</b>	<b>56.995.283</b>	<b>-</b>	<b>342.128.018</b>
<b>Líquido</b>	<b>175.894.635</b>	<b>63.972.502</b>	<b>152.058.856</b>	<b>295.442.424</b>	<b>19.012.974</b>	<b>706.381.391</b>

## 6.7 Dívida soberana

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição da Allianz a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout, é apresentada em seguida:

Emitente/Carteira	31 de Dezembro 2013					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	199.198.434	199.198.434	8.530.077	4,0	5	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	<b>199.198.434</b>	<b>199.198.434</b>	<b>8.530.077</b>			
Emitente/Carteira	31 de Dezembro 2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	233.569.567	235.380.238	-	4,0	6	-
	<b>233.569.567</b>	<b>235.380.238</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 7. Investimentos em filiais, associadas

As partes de capital em empresas associadas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram nulas.

## 8. Caixa e equivalentes e Depósitos à ordem

Nesta rubrica estão englobados os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses. Em 31 de Dezembro de 2013 as rubricas de caixa e depósitos à ordem, totalizavam Euros 17.167.258, como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Caixa	374	374
Depósitos à ordem	17.166.884	86.936.322
<b>TOTAL</b>	<b>17.167.258</b>	<b>86.936.696</b>

## 9. Terrenos e Edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício de 2013, relativamente aos terrenos e edifícios são analisados como segue:

Nas rubricas do balanço:

RUBRICAS	(Valores em Euros)					
	Saldo inicial	Amortizações	Imparidade	Alterações de justo valor	Alienações	Saldo final
De serviço próprio						
Terrenos e edifícios	25.040.683	-	(113.545)	-	-	24.927.138
Amortizações	(2.593.983)	(431.685)	-	-	-	(3.025.668)
	22.446.700	(431.685)	(113.545)	-	-	21.901.470
De rendimento	33.066.535	-	-	(24.935)	(1.196.000)	31.845.600
<b>TOTAL</b>	<b>55.513.235</b>	<b>(431.685)</b>	<b>(113.545)</b>	<b>(24.635)</b>	<b>(1.196.000)</b>	<b>53.747.070</b>

E nas rubricas de ganhos e perdas:

RUBRICAS	(Valores em Euros)					
	Rendimentos de rendas	Gastos	Amortizações	Imparidade	Alterações de justo valor	Alienações
De serviço próprio	16.800	731.698	431.685	113.545	-	-
de rendimento	1.422.157	440.971	-	-	24.935	12.402
com rendimentos no ano	1.422.157	203.326	-	-	294.427	(27.244)
sem rendimentos no ano	-	237.645	-	-	(269.492)	39.646
<b>TOTAL</b>	<b>1.438.957</b>	<b>1.172.669</b>	<b>431.685</b>	<b>113.545</b>	<b>24.935</b>	<b>12.402</b>

A determinação do justo valor dos imóveis é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes cumprindo todos os requisitos definidos pela norma vigente.

## 10. Outros ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos no Exercício de 2013 relativos a ativos tangíveis são analisados como segue:

(Valores em Euros)

	Saldo inicial		Aumentos	Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições			Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	3.774.469	3.535.076	76.369	-	-	55.769	-	259.993
Máquinas e ferramentas	3.725.215	3.415.118	85.019	-	-	78.608	-	316.508
Equipamento informático	3.554.291	3.305.590	176.784	-	-	126.268	-	299.217
Instalações interiores	2.440.280	2.429.311	867.635	-	-	36.286	-	842.318
Material de transporte	55.221	44.638	-	-	-	10.583	-	-
Equipamento hospitalar	831	831	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	2.472.021	1.748.825	245.976	-	-	173.719	-	795.453
Imobilizações em curso	649.787	-	2.119.938	-	-	-	-	2.769.725
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>16.672.115</b>	<b>14.479.389</b>	<b>3.571.721</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>481.233</b>	<b>-</b>	<b>5.283.214</b>

## 11. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes para as empresas de seguros, a Companhia é obrigada a afetar investimentos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2013, a afetação de investimentos é como segue:

	2013				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros Não Vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	400.000	9.135.539	7.580.970	50.749	17.167.258
Terrenos e edifícios	-	-	45.316.973	8.430.097	53.747.070
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	373.445	373.445
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	15.751.051	-	-	15.751.051
Investimentos disponíveis para venda	110.048.791	467.545.303	434.174.609	1.445.230	1.013.213.933
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.177.166	-	-	-	2.177.166
Outros ativos tangíveis	-	-	-	5.283.214	5.283.214
<b>Total</b>	<b>112.625.957</b>	<b>492.431.893</b>	<b>487.072.552</b>	<b>15.582.735</b>	<b>1.107.713.137</b>
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	107.967.195	444.424.610	314.161.188	-	866.552.993
Excesso / (insuficiência)	4.658.762	48.007.283	172.911.364	15.582.735	241.160.144

Os outros ativos não se encontram afetados a provisões técnicas e passivos por contratos de investimento.

## 12. Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos no Exercício de 2013 relativos a ativos intangíveis são analisados como segue:

(Valores em Euros)

RUBRICAS	Saldo inicial			Amortizações do Exercício				Saldo final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Transferências e Abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Programas informáticos	8.655.192	7.696.350	5.399	-	-	168.709	-	795.532
Programas informáticos (Imobilizações Em Curso)	-	-	387.183	-	-	-	-	387.183
<b>Total</b>	<b>8.655.192</b>	<b>7.696.350</b>	<b>392.582</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>168.709</b>	<b>-</b>	<b>1.182.715</b>

## 13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

### 13.1. Desdobramento da conta de ajustamentos e outras provisões

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a ajustamentos e outras provisões são analisados como segue:

(Valores em Euros)

	Ano de 2013			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Perdas por imparidade em ativos ao custo amortizado</b>				
Devedores por operações de seguro direto	1.534.323	315.379	(656.382)	1.193.320
Devedores por operações de resseguro	1.121.417	12.212	(310.222)	823.407
Devedores por outras operações	9.037.716	1.420.049	(1.902.458)	8.555.307
	<b>11.693.456</b>	<b>1.747.640</b>	<b>(2.869.062)</b>	<b>10.572.034</b>
<b>Outras Provisões</b>				
Outras provisões	5.135.901	77.677	(2.326.433)	2.887.145
	<b>5.135.901</b>	<b>77.677</b>	<b>(2.326.433)</b>	<b>2.887.145</b>

### 13.2 Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa

O ajustamento para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização.

O valor dos ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa, para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, são analisadas como segue:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Contas a receber por operações de seguro direto	191.148	262.839
Contas a receber por operações de resseguro	823.407	1.121.417
Contas a receber por outras operações	8.555.307	9.037.716
<b>TOTAL</b>	<b>9.569.862</b>	<b>10.421.972</b>

Estas rubricas não incluem os ajustamentos de recibos por cobrar (referenciados na Nota 13.3).

### 13.3 Ajustamentos de recibos por cobrar

O cálculo dos ajustamentos de recibos por cobrar é efetuado com base na probabilidade de cobrança dos recibos de prémios por cobrar no final do ano e em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal. Este ajustamento é apresentado no balanço como dedução aos Devedores por operações de seguro direto.

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Contas a receber por operações de seguro direto	1.002.172	1.271.484
<b>TOTAL</b>	<b>1.002.172</b>	<b>1.271.484</b>

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se registado o montante de Euros 16.863.181 (2012: Euros 17.271.062), referente ao valor de recibos de prémios por cobrar.

### 14. Prémios de contratos de seguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Prémios Brutos Emitidos - Vida	125.843.464	97.050.996
Prémios Brutos Emitidos - Não Vida	312.382.165	316.386.118
<b>Prémios Brutos Emitidos</b>	<b>438.225.629</b>	<b>413.437.114</b>
Prémios de Resseguro Cedido - Vida	(1.534.589)	(1.258.517)
Prémios de Resseguro Cedido - Não Vida	(45.017.879)	(50.912.062)
<b>Prémios de Resseguro Cedido</b>	<b>(46.552.468)</b>	<b>(52.170.579)</b>
Variação de Prémios Brutos Não Adquiridos - Vida	135.491	138.310
Variação de Prémios Brutos Não Adquiridos - Não Vida	5.797.371	2.048.507
<b>Variação de Prémios Brutos Não Adquiridos</b>	<b>5.932.862</b>	<b>2.186.817</b>
Variação de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Vida	9.403	-69.690
Variação de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Não Vida	(3.251.450)	-1.135.267
<b>Variação de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido</b>	<b>(3.242.047)</b>	<b>(1.204.957)</b>
Variação de Prémios Não Adquiridos	2.690.815	981.860
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Vida	124.453.769	95.861.099
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Não Vida	269.910.207	266.387.296
<b>Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro</b>	<b>394.363.976</b>	<b>362.248.395</b>

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Relativos a contratos individuais	42.122.489	18.109.904
Relativos a contratos grupo	83.720.975	78.941.092
	<b>125.843.464</b>	<b>97.050.996</b>
Periódicos	84.500.972	85.356.300
Não Periódicos	41.342.492	11.694.696
	<b>125.843.464</b>	<b>97.050.996</b>
De contratos sem participação nos resultados	110.598.802	84.262.767
De contratos com participação nos resultados	15.244.662	12.788.229
<b>Prémios brutos emitidos - Vida</b>	<b>125.843.464</b>	<b>97.050.996</b>



O segmento Não Vida é analisado como segue:

(Valores em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2013				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
<b>SEGURO DIRETO</b>					
ACIDENTES E DOENÇA	104.172.323	105.706.402	95.703.006	25.281.396	(2.037.746)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	68.150.722	69.498.445	36.603.264	13.968.445	(19.510.661)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	75.988.489	77.987.724	48.575.570	19.042.181	(328.576)
- OUTRAS COBERTURAS	50.646.624	51.817.921	22.061.932	12.449.821	(10.280.255)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4.018.727	3.954.153	2.174.033	717.479	(717.720)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	7.339.301	7.313.224	328.994	1.271.239	(2.176.509)
CRÉDITO E CAUÇÃO	253.992	277.176	(229.504)	10.963	(196.748)
ASSISTÊNCIA	-	-	(14.500)	-	-
DIVERSOS	781.190	790.098	(57.381)	49.979	(709.833)
<b>Total</b>	<b>311.351.368</b>	<b>317.345.143</b>	<b>205.145.414</b>	<b>72.791.503</b>	<b>(35.958.048)</b>
RESSEGURO ACEITE	1.030.797	834.393	1.804	16.697	(549.441)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>312.382.165</b>	<b>318.179.536</b>	<b>205.147.218</b>	<b>72.808.200</b>	<b>(36.507.489)</b>

(Valores em Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2012				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
<b>SEGURO DIRETO</b>					
ACIDENTES E DOENÇA	103.393.491	104.891.550	85.768.779	26.387.432	(2.377.850)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	66.788.062	67.185.743	26.203.981	15.570.179	(19.810.024)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	79.480.069	79.772.188	52.997.436	19.008.410	(757.920)
- OUTRAS COBERTURAS	54.201.680	54.362.295	19.824.414	12.638.891	(10.473.257)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.593.647	3.083.080	1.351.476	563.970	(355.181)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	6.983.516	6.998.611	695.425	1.520.293	(1.793.276)
CRÉDITO E CAUÇÃO	295.231	369.134	385.096	111.691	(231.752)
ASSISTÊNCIA	-	-	59	-	-
DIVERSOS	969.772	1.017.452	98.761	227.371	(801.214)
<b>Total</b>	<b>315.705.468</b>	<b>317.680.053</b>	<b>187.325.427</b>	<b>76.028.237</b>	<b>(36.600.474)</b>
RESSEGURO ACEITE	680.650	754.572	(140)	26.469	(529.237)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>316.386.118</b>	<b>318.434.625</b>	<b>187.325.287</b>	<b>76.054.706</b>	<b>(37.129.711)</b>

## 15. Comissões e outros proveitos

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 507.473 (2012: Euros 781.582), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

## 16. Rendimentos/Rédito de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
<b>Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	30.123.670	20.677.123
Ativos financeiros detidos até à maturidade		
Títulos de dívida	6.338.565	12.521.757
Depósitos bancários	253.997	1.071.211
Outros	36.059	121.866
	<b>36.752.291</b>	<b>34.391.957</b>
<b>Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>	<b>(8.720.903)</b>	<b>(6.616.998)</b>
<b>Outros</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	110.281
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Títulos de dívida	20.712	85.216
Propriedades de investimento	1.438.957	1.660.797
	<b>1.459.669</b>	<b>1.856.294</b>
<b>Total</b>	<b>29.491.057</b>	<b>29.631.253</b>

## 17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados em ativos financeiros detidos para venda são analisados como segue:

	(Valores em Euros)		
	2013		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	1.591.725	(1.621.477)	(29.752)
<b>TOTAL</b>	<b>1.591.725</b>	<b>(1.621.477)</b>	<b>(29.752)</b>

	(Valores em Euros)		
	2012		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	2.794.798	(22.657.055)	(19.862.257)
<b>TOTAL</b>	<b>2.794.798</b>	<b>(22.657.055)</b>	<b>(19.862.257)</b>

Os ganhos e perdas em ativos e passivos financeiros, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, são analisados como segue:

(Valores em Euros)

	2013		
	Ganhos	Perdas	Total
Titulos de dívida	742.956	(111.635)	631.321
Instrumentos de capital e unidades de participação	115.633	(45.835)	69.798
<b>Total de Ativos</b>	<b>858.589</b>	<b>(157.470)</b>	<b>701.119</b>
Passivos por contratos de investimento	-	(1.306.088)	(1.306.088)
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>(1.306.088)</b>	<b>(1.306.088)</b>
<b>Total</b>	<b>858.589</b>	<b>(1.463.558)</b>	<b>(604.969)</b>

(Valores em Euros)

	2012		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	797.236	(13.250)	783.986
Instrumentos de capital e unidades de participação	65.884	-	65.884
<b>Total de Ativos</b>	<b>863.120</b>	<b>(13.250)</b>	<b>849.870</b>
Passivos por contratos de investimento	-	(4.497.500)	(4.497.500)
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>(4.497.500)</b>	<b>(4.497.500)</b>
<b>Total</b>	<b>863.120</b>	<b>(4.510.750)</b>	<b>(3.647.630)</b>

## 18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor são analisados como segue:

(Valores em Euros)

	2013	2012
<b>Ativos detidos para negociação</b>		
Derivados	82.990	27.710
	82.990	27.710
<b>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		
Títulos de dívida	683.887	3.774.497
Instrumentos de capital e unidades de participação	(132.018)	53.633
	551.869	3.828.130
<b>TOTAL</b>	<b>634.859</b>	<b>3.855.840</b>

## 19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Os valores de ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, mediante utilização das taxas de câmbio de referência divulgadas pelo Banco Central Europeu. Todas as diferenças de câmbio, realizadas ou não realizadas, são consideradas nos resultados dos Exercícios em que se verificam.

À data de balanço não existiam posições cambiais no portfólio da Allianz Portugal.

## 21. Gastos diversos por função e natureza

Os custos administrativos são analisados como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Custos com pessoal	26.552.181	26.167.034
Fornecimentos e serviços externos	22.533.607	23.663.688
Impostos e taxas	2.092.825	2.135.854
Amortizações do Exercício	1.081.627	1.199.078
Provisões	1.248.657	-610.887
Juros suportados	67.216	63.938
Comissões	474.045	379.069
<b>Total</b>	<b>54.050.158</b>	<b>52.997.774</b>

Os custos administrativos foram imputados da seguinte forma:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Custos com sinistros	14.963.450	13.392.257
Custos de exploração		
Custos de aquisição	20.702.044	20.951.464
Custos administrativos	16.132.722	16.580.638
Custos com investimentos	2.085.292	1.863.408
Outros custos não imputados	166.650	210.007
<b>Total</b>	<b>54.050.158</b>	<b>52.997.774</b>

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos é analisada como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Eletricidade	392.935	462.170
Impressos	194.251	268.491
Material escritório	217.661	240.403
Livros e documentação técnica	2.653	2.724
Artigos para oferta	28.681	184.795
Conservação e reparação	976.932	1.082.392
Rendas e alugueres	1.643.585	2.002.078
Despesas de representação	1.788.713	2.188.671
Franquias postais/transporte postal	1.647.799	1.791.644
Comunicações	1.273.055	1.444.405
Deslocações e estadas	1.190.625	1.181.541
Seguros	195.947	183.577
Publicidade e propaganda	2.421.487	2.414.894
Limpeza, higiene e conforto	308.858	326.020
Vigilância e segurança	244.185	243.517
Trabalho especializado	6.696.516	6.508.274
Outras prestações de serviço	1.874.014	1.718.323
Custos com cobrança de prémios	602.882	600.027
Outros	832.828	819.742
<b>TOTAL</b>	<b>22.533.607</b>	<b>23.663.688</b>

A rubrica de Trabalhos Especializados inclui o montante de Euros 3.696.340 (2011: Euros 2.675.443) relativos a custos com trabalhos informáticos (infraestrutura - mainframe).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>		
Custos de aquisição	95.291.797	98.989.790
Custos de aquisição diferidos (variação)	2.336.674	1.136.386
Gastos administrativos	16.132.722	16.580.638
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(6.782.250)	(10.175.443)
<b>TOTAL</b>	<b>106.978.943</b>	<b>106.531.371</b>

A rubrica Custos de Aquisição inclui o montante de Euros 74.589.753 (2012: Euros 78.038.326) relativo a comissões e outros incentivos atribuídos aos mediadores e corretores da Companhia.

## 22. Gastos com pessoal

### 22.1 Número de trabalhadores ao serviço por categoria profissional

O número de pessoas ao serviço do Grupo no final dos Exercícios de 2013 e 2012:

	2013	2012
Quadros superiores	37	31
Quadros médios	49	89
Profissionais altamente qualificados	172	156
Profissionais qualificados	295	266
Profissionais semi-qualificados	2	4
<b>TOTAL</b>	<b>555</b>	<b>546</b>

### 22.2 Custos com pessoal referentes ao Exercício

Os custos com pessoal referentes aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são analisados como se segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
<b>Remunerações</b>	<b>19.857.104</b>	<b>19.379.179</b>
Órgãos sociais	736.366	521.249
Pessoal	19.120.738	18.857.930
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>3.970.707</b>	<b>3.913.815</b>
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>795.815</b>	<b>777.998</b>
Planos de contribuição definida	489	489
Planos de benefícios definidos	795.326	777.509
<b>Outros benefícios a longo prazo dos empregados</b>	<b>406.354</b>	<b>421.201</b>
<b>Benefícios de cessação de emprego</b>	<b>148.750</b>	<b>320.388</b>
<b>Seguros obrigatórios</b>	<b>882.399</b>	<b>782.868</b>
<b>Gastos de ação social</b>	<b>61.070</b>	<b>68.142</b>
<b>Outros gastos com pessoal</b>	<b>429.982</b>	<b>503.443</b>
<b>TOTAL</b>	<b>26.552.181</b>	<b>26.167.034</b>

### 22.3 Informações adicionais relativamente a transações com os órgãos sociais

Para além das remunerações e outros benefícios concedidos não existem quaisquer transações com membros dos órgãos sociais.

## 23. Obrigações com benefícios dos empregados e outros benefícios pós-emprego

Os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades relativas às obrigações com benefícios dos empregados, são os seguintes:

	2013	2012
Taxa de desconto	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	1,50%	1,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	3,50%	4,01%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,75%
Tábua de mortalidade:	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2013	2012
Ativos	0	0
Reformados	443	443
<b>TOTAL</b>	<b>443</b>	<b>443</b>

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos Exercícios de 2013 e 2012, são como segue:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	(20.915.266)	(2.230.590)	(23.145.856)	(22.919.191)	(2.386.406)	(25.305.597)
Ativos	-	-	-	-	-	-
	(20.915.266)	(2.230.590)	(23.145.856)	(22.919.191)	(2.386.406)	(25.305.597)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	24.319.579	-	24.319.579	26.992.940	-	26.992.940
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro</b>	<b>3.404.313</b>	<b>(2.230.590)</b>	<b>1.173.723</b>	<b>4.073.749</b>	<b>(2.386.406)</b>	<b>1.687.343</b>

As outras responsabilidades dizem respeito à responsabilidade associada à segurança social dos pré-reformados e a benefícios de saúde atribuídos e outros benefícios pós-emprego.

O acréscimo das responsabilidades, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>(22.919.191)</b>	<b>(2.386.406)</b>	<b>(25.305.597)</b>	<b>(27.200.368)</b>	<b>(2.482.678)</b>	<b>(29.683.046)</b>
Corte do plano por alteração do CCT	-	-	-	3.041.181	-	3.041.181
Custo dos juros	(686.491)	(68.648)	(755.139)	(1.056.471)	(104.949)	(1.161.420)
Ganhos e (perdas) atuariais nas responsabilidades	26.260	(80.870)	(54.610)	(810.380)	(147.519)	(957.899)
Benefícios pagos	3.592.757	548.336	4.141.093	3.835.395	546.471	4.381.866
Reformas antecipadas	(928.601)	(243.002)	(1.171.603)	(728.548)	(197.731)	(926.279)
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>(20.915.266)</b>	<b>(2.230.590)</b>	<b>(23.145.856)</b>	<b>(22.919.191)</b>	<b>(2.386.406)</b>	<b>(25.305.597)</b>

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia tinha até 31 de Dezembro de 2011 assumido a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até 22 de Junho de 1995.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Em 31 de Dezembro de 2011, relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo seria convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia iria proceder à liquidação da responsabilidade (“settlement”) durante o ano de 2012.

À data de 31 de Dezembro de 2013, a liquidação do plano de benefício definido está ainda sujeita à aprovação das alterações contratuais dos regulamentos do Fundo, junto do Instituto de Seguros de Portugal.

De acordo com este novo CCT, a Companhia passou a garantir, como mínimo, apenas a poupança inicial que resulta da transferência das responsabilidades por serviços passados para as contas individuais.

Conforme evidenciado, o valor do fundo está deduzido do montante que será transferido para as contas individuais de cada colaborador no âmbito do corte do anterior plano de benefício definido.

A variação do fundo, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisada como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	26.992.940	30.083.827
Valor a transferir do corte do plano	-	(3.041.181)
Rendimento esperado	819.766	1.007.510
Ganhos e (perdas) atuariais	45.630	1.865.245
Contribuições	54.000	912.934
Pensões pagas pelo fundo	(3.592.757)	(3.835.395)
<b>Saldo do fundo em 31 de Dezembro</b>	<b>24.319.579</b>	<b>26.992.940</b>

Os ganhos e perdas atuariais em 2013 e 2012 são analisadas como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	(4.442.144)	(3.387.279)
(Ganhos) e perdas atuariais		
- nas responsabilidades	(26.260)	810.380
- nos ativos do plano	(45.630)	(1.865.245)
<b>Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro</b>	<b>(4.514.034)</b>	<b>(4.442.144)</b>

Os (ativos)/passivos líquidos são analisados como segue:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
<b>(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro</b>	<b>(4.073.749)</b>	<b>2.386.406</b>	<b>(1.687.343)</b>	<b>(2.883.459)</b>	<b>2.482.678</b>	<b>(400.781)</b>
Ganhos e perdas atuarias das responsabilidades	(26.260)	80.870	54.610	810.380	147.519	957.899
Ganhos e perdas atuarias dos fundos	(45.630)	-	(45.630)	(1.865.245)	-	(1.865.245)
Encargos do ano:			-			-
- Custo dos juros	686.491	68.648	755.139	1.056.471	104.949	1.161.420
- Rendimento esperado do fundo	(819.766)	-	(819.766)	(1.007.510)	-	(1.007.510)
- Reformas antecipadas	928.601	243.002	1.171.603	728.548	197.731	926.279
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas	(54.000)	(548.336)	(602.336)	(912.934)	(546.471)	(1.459.405)
<b>(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro</b>	<b>(3.404.313)</b>	<b>2.230.590</b>	<b>(1.173.723)</b>	<b>(4.073.749)</b>	<b>2.386.406</b>	<b>(1.687.343)</b>

Os montantes reconhecidos como custo dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(133.275)	68.648	(64.627)	48.961	104.949	153.910
(Ganhos) e perdas atuariais	-	80.870	80.870	-	147.519	147.519
Reformas antecipadas	928.601	243.002	1.171.603	728.548	197.731	926.279
<b>Custos do exercício</b>	<b>795.326</b>	<b>392.520</b>	<b>1.187.846</b>	<b>777.509</b>	<b>450.199</b>	<b>1.227.708</b>

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2013	2012
	<b>Ações e outros títulos de rendimento variável</b>	<b>1.373.733</b>
Títulos de rendimento fixo	27.441.917	28.293.040
Depósitos em instituições de crédito e devedores do fundo	(1.285.217)	445.201
Valor a transferir do corte do plano	(3.210.854)	(3.041.181)
	<b>24.319.579</b>	<b>26.992.940</b>

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de Dezembro de 2013, é a seguinte:

	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	- 0,25%	+ 0,25%
Taxa de crescimento dos salários	(267.000)	270.000
Taxa de crescimento das pensões	(285.000)	294.000
Taxas de desconto	645.000	(604.000)
Impacto das alterações de pressupostos demográficos		
Alteração da tábua de mortalidade	+ 1 ano	527.000



Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro. O valor total da responsabilidade ascende a Euros 2.147.702 (2012: Euros 2.437.867), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas do ramo Vida.

## 24. Imposto sobre rendimento

O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2013 foi apurado pela Companhia com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 31,5%, o cálculo do imposto corrente relativo a 2013 foi apurado com base na taxa nominal de 31,5% aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro a cinco anos (quatro anos para prejuízos apurados nos Exercícios de 2010 ou 2011 e cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013), no caso de haver prejuízos reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração de que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os impostos e taxas incluídos em várias rubricas do balanço são analisados como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
IRC - Imposto a pagar/a recuperar (*)	520.255	(3.627.889)
FAT	(6.860.936)	(6.570.141)
FGA	(585.437)	(637.103)
Selo Apólice	(2.723.528)	(2.797.887)
Prevenção Rodoviária	(149.024)	(155.569)
ISP	(432.464)	(420.247)
INEM	(1.130.502)	(1.163.989)
ANPC (SNB)	(447.015)	(418.946)
Segurança Social	(456.901)	(448.535)
Retenções IRS/IRC	(836.851)	(951.164)
Outros	(540.434)	(579.706)
<b>Ativos por impostos correntes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>	<b>(13.642.838)</b>	<b>(17.771.176)</b>

(\*) No Exercício de 2013 deduziu-se o montante de Euros 556.482 relativo ao incentivo fiscal do CFEI – Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento, de acordo com o previsto na Lei nº. 49/2013, de 16 de Julho.

A rubrica FAT inclui uma estimativa do valor atual das contribuições futuras para o Fundo de Acidentes de Trabalho de acordo com política contabilística definida na nota 4.1. no montante de Euros 5.672.098 (2012: Euros 5.511.351).

Os ativos e passivos por impostos diferidos são como segue:

(Valores em Euros)

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros	-	-	(6.995.310)	(665.379)	(6.995.310)	(665.379)
Provisões não técnicas	2.589.629	3.315.767	-	-	2.589.629	3.315.767
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Fundo de pensões	-	-	-	-	-	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo)</b>	<b>2.589.629</b>	<b>3.315.767</b>	<b>(6.995.310)</b>	<b>(665.379)</b>	<b>(4.405.681)</b>	<b>2.650.388</b>

Os impostos diferidos foram reconhecidos como segue:

(Valores em Euros)

	Reservas	Resultados	Total
Ativos financeiros	(6.465.508)	135.577	(6.329.931)
Provisões não técnicas	-	(726.138)	(726.138)
Propriedades de investimento	-	-	-
	<b>(6.465.508)</b>	<b>(590.561)</b>	<b>(7.056.069)</b>

Os impostos reconhecidos em reservas são analisados como segue:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Impostos diferidos	(7.759.786)	(1.294.276)
Impostos correntes	(834.649)	(956.536)
Reserva de Reavaliação	<b>(8.594.435)</b>	<b>(2.250.812)</b>
Impostos diferidos	-	-
Impostos correntes	(1.337.238)	(1.314.593)
Outras reservas	<b>(1.337.238)</b>	<b>(1.314.593)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(9.931.673)</b>	<b>(3.565.405)</b>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Resultados e outras variações patrimoniais antes impostos	42.916.280	35.082.562
Taxa(s) de imposto	31,5%	31,5%
Imposto do Exercício	13.518.628	11.051.007
Tributações autônomas	381.656	427.312
Dividendos	-	(34.739)
Outras diferenças permanentes	(976.261)	(60.146)
<b>Imposto reconhecido nos resultados</b>	<b>12.924.023</b>	<b>11.383.434</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>30,1%</b>	<b>32,4%</b>

## 25. Capital

O Capital da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., de Euros 39.545.400, representado por 7.909.080 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Nos termos da legislação portuguesa, a Companhia deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 10% dos lucros líquidos apurados em cada Exercício, até à concorrência do capital social.

## 26. Reservas

### Reservas de reavaliação

Reconhecem-se nesta rubrica os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor aos ativos classificados como ativos disponíveis para venda.

A reserva de justo valor é analisada como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	957.582.202	593.762.453
Imparidade	(876.855)	(684.269)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	956.705.347	593.078.184
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	992.882.812	611.908.807
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	7.290.000	10.570.509
Reserva de justo valor	28.887.465	8.260.114
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(1.395.297)	(555.124)
Impostos diferidos e correntes	(8.594.435)	(2.250.812)
<b>Reserva de reavaliação líquida de impostos</b>	<b>(18.897.733)</b>	<b>5.454.178</b>

### Reserva por impostos diferidos e correntes

Reconhece-se nesta rubrica o imposto sobre diferenças temporárias, registadas na situação líquida, entre o resultado contabilístico e o resultado fiscalmente aceite para efeitos de tributação em Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), na medida em que exista uma probabilidade razoável de que tal imposto venha a ser recuperado ou pago no futuro. Reconhece-se adicionalmente o imposto corrente, decorrente das variações patrimoniais dos instrumentos financeiros a cobrir responsabilidades do ramo vida com participação nos resultados.

### Outras reservas

Incluem a Reserva legal calculada de acordo com disposições legais em vigor e as Reservas livres.

## 27. Resultados por ação

Os resultados por ação são apresentados como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Resultado líquido do Exercício atribuível aos acionistas da Companhia	29.987.736	23.703.890
Número de ações	7.909.080	7.909.080
<b>Resultados por ação</b>	<b>3,792</b>	<b>2,997</b>

## 28. Dividendos

Nos termos do disposto na alínea f) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e face à importância atribuída ao reforço da solidez da Sociedade e das suas disponibilidades de liquidez, o Conselho de Administração entendeu não distribuir dividendos relativos ao ano de 2012.

O valor de dividendos proposto, relativo ao exercício de 2013 é de Euros 35.037.224,40, o que corresponde a 4,43 Euros por ação.

## 29. Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas para o Exercício de 2013 e 2012, encontram-se representadas no seguinte quadro:

	(Valores em Euros)					
	2013			2012		
	ALLIANZ GROUP	BPI	TOTAL	ALLIANZ GROUP	BPI	TOTAL
<b>ATIVO</b>	<b>52.063.079</b>	<b>18.878.684</b>	<b>70.941.763</b>	<b>40.783.348</b>	<b>34.346.003</b>	<b>75.129.351</b>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	5.529.159	5.529.159	-	11.633.432	11.633.432
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	373.445	-	373.445	136.471	-	136.471
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial	-	10.696.970	10.696.970	-	20.646.279	20.646.279
Ativos disponíveis para venda	-	2.652.555	2.652.555	-	2.065.532	2.065.532
Provisões técnicas de resseguro cedido	16.449.624	-	16.449.624	17.708.559	-	17.708.559
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	35.240.010	-	35.240.010	22.938.318	760	22.939.078
<b>PASSIVO</b>	<b>7.438.387</b>	<b>19.387.272</b>	<b>26.825.659</b>	<b>9.297.752</b>	<b>19.584.842</b>	<b>28.882.594</b>
Provisões técnicas	31.904	-	31.904	32.418	-	32.418
Depósitos recebidos de resseguradores	1.280.917	-	1.280.917	537.587	-	537.587
Outros credores por operações de seguros e outras operações	6.125.566	19.387.272	25.512.838	8.727.747	19.584.842	28.312.589
<b>GANHOS E PERDAS</b>	<b>(32.905.775)</b>	<b>(37.161.072)</b>	<b>(70.066.847)</b>	<b>(32.025.587)</b>	<b>(36.458.327)</b>	<b>(68.483.914)</b>
Prêmios Brutos Emitidos	146.600	-	146.600	131.472	-	131.472
Prêmios de Resseguro Cedido	(38.539.502)	-	(38.539.502)	(37.754.044)	-	(37.754.044)
Comissões de contratos de seguro e operações	-	196.850	196.850	-	320.672	320.672
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	514	-	514	2.714	-	2.714
Provisão Prêmios não Adquiridos Parte dos Resseguradores(variação)	(909.062)	-	(909.062)	500.665	-	500.665
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6.250.848	-	6.250.848	3.797.208	-	3.797.208
Custos e gastos de exploração líquidos	(419.551)	(38.828.867)	(39.248.418)	696.764	(38.410.220)	(37.713.456)
Rendimentos	-	929.672	929.672	-	1.002.694	1.002.694
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	82.990	541.273	624.263	27.710	628.527	656.237
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	126.513	-	126.513	155.062	-	155.062
Outros rendimentos/gastos	354.875	-	354.875	416.862	-	416.862

As transações com o Allianz Group referem-se a investimentos, resseguro, companhias representadas, representação fiscal e fornecedores não residentes.

As Transações com o BPI referem-se a investimentos, comissões bancárias, comissões de mediação e corretagem.

### 34. Elementos extrapatrimoniais

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo com contratos de locação operacional, encontram-se distribuídos pelos seguintes Exercícios futuros:

	(Valores em Euros)			
	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas	86.619	242.813	400.363	729.795

Adicionalmente, a Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma sociedade gestora de fundos de pensões. Os ativos sob gestão ascendem a Euros 29.670.195 (2012: 32.315.116).

### 36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Não se conhecem à data de elaboração deste relatório eventos com impacto significativo nesta apresentação de contas.

### 37. Outras informações

#### 37.1. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de Acréscimos e diferimentos de passivo é analisada como segue:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Férias e subsídio de férias	2.749.652	2.788.742
Distribuição de resultados	2.466.537	3.059.539
Outros acréscimos de custos	8.339.444	11.193.106
Proveitos diferidos	111.927	136.237
<b>TOTAL</b>	<b>13.667.560</b>	<b>17.177.624</b>

A rubrica distribuição de resultados inclui o montante de Euros 40.000 relativo ao prémio de permanência atribuído no âmbito do CCT, conforme referido nas políticas contabilísticas relativas a benefícios aos empregados.

### 37.2. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Devedores por operações de seguro direto	31.041.849	31.310.951
Resseguradores	1.832.115	3.503.784
Outros devedores	50.687.282	36.983.241
	83.561.246	71.797.976
Imparidade	(10.572.034)	(11.693.456)
<b>Total</b>	<b>72.989.212</b>	<b>60.104.520</b>

O aumento significativo registado na rubrica de Outros devedores justifica-se pela alteração do investimento de 17 para 30 milhões de euros no *Cash Pool*.

### 37.3. Outros credores por operações de seguros e outras operações

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Credores por operações de seguro direto	4.645.751	4.224.242
Resseguradores	6.296.517	9.615.013
Outros credores	25.711.793	24.135.574
<b>Total</b>	<b>36.654.061</b>	<b>37.974.829</b>

Na rubrica Outros credores está incluído o montante de Euros 19.387.272 (2012: 19.584.842 Euros) relativo a comissões a pagar ao BPI, S.A.

### 38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

#### IAS 19 (Alterada) – Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Companhia alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido. Ao abrigo da IAS 19 (2011), a Companhia determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa

de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) O juro do efeito do teto (ceiling) do ativo. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Companhia modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

#### **IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

A Companhia não teve impacto na adoção destas alterações.

#### **Melhoramentos às IFRS (2009-2011)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013

às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

#### **IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

#### **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis**

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

#### **IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2**

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

#### **IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar**

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

#### **IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor**

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Companhia adotou a nova definição de justo valor. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Companhia, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a

Companhia proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

#### **IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto**

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciarem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações da Companhia, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

*A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:*

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

#### **IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu

envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específico de investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

### IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

### IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014. Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas. A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

### IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

### Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos



com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstas na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

#### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros**

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

#### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a

necessidade de alterar a contraparte de liquidação (clearing counterparty”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

#### **Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia**

##### **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

##### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

##### **Melhoramentos às IFRS (2010-2012)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou

após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

#### IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

#### IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

#### IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

#### IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial.

De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

#### IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação

(ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

#### IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

#### Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

#### IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

#### IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

#### IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios se aplicam a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

#### IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando

a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 39. Gestão de Riscos na Allianz Portugal

### Governo

A mudança dos princípios de gestão de risco nas Seguradoras tem sido substancial, nos últimos tempos. O impacto das necessidades de capital nos resultados da Allianz Portugal, em função duma eficiente gestão dos riscos, e de novas regras a ser brevemente introduzidas pelas autoridades de supervisão (Solvência II), obrigaram a criar especialistas e departamentos específicos onde se controlem, de maneira permanente, coerente e conjunta, os riscos da empresa, bem como as necessidades de capital para lhe fazer face.

A Allianz Portugal possui na sua estrutura organizacional desde 2005, um Departamento de Controlo de Risco, sendo que o seu responsável reporta diretamente ao responsável da Direção de Planeamento Estratégico.

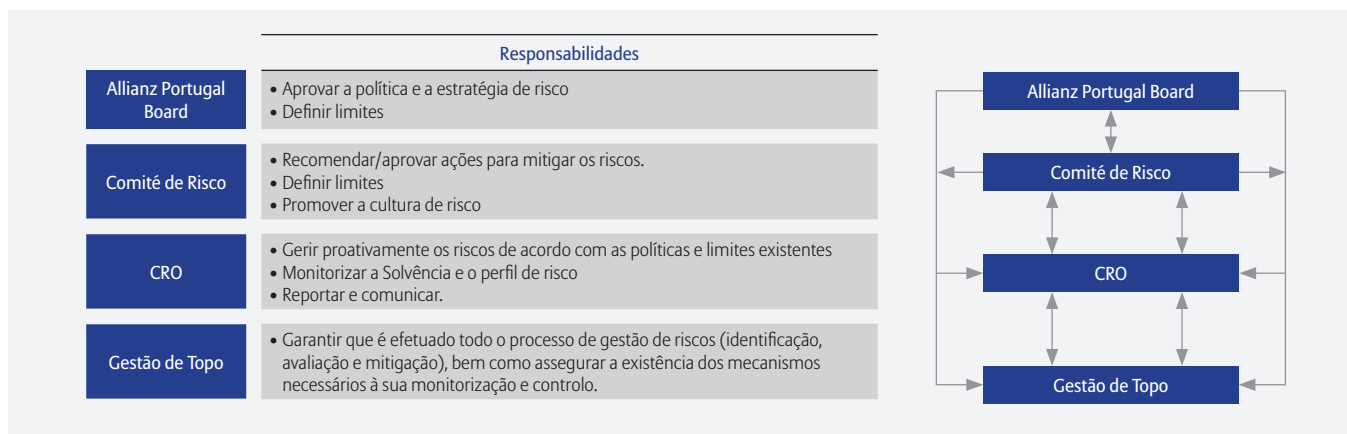
Paralelamente à criação deste departamento, reúne trimestralmente um Comité de Risco, composto pelo CFO, CRO e por outros elementos nomeados em normal geral, cujo objetivo principal é promover o cumprimento das políticas, limites e guidelines e contribuir para a construção de uma forte cultura de risco. A introdução e manutenção de infraestruturas, controlos e processos que proactivamente contribuam para identificar

e monitorizar os riscos, são também orientações claramente definidas na estratégia da Companhia e que são monitorizadas neste Comité.

A aceitação e gestão de riscos é parte integrante das atividades e competências da Allianz Portugal.

A Administração é responsável pela Estratégia de Risco. A Estratégia de Risco é definida anualmente e reflete o risco que a mesma está disposta a aceitar para cumprir os seus objetivos estratégicos e aproveitar as oportunidades de negócio subjacentes.

Por sua vez, a Política de Risco aplica-se de forma transversal a todas as áreas da companhia definindo os seus princípios fundamentais, bem como as responsabilidades dos diversos intervenientes na sua implementação, monitorização e comunicação.



### Capital de Risco

O novo regime de solvência (Solvência II) entrará em vigor a 01/01/2016. Apesar das medidas transitórias para este novo regime de solvência estarem aprovadas, dada a complexidade de muitos dos detalhes, é necessário um período de adaptação por parte do mercado. Embora o entendimento das medidas a implementar se estar a tornar cada vez mais claro, os requisitos finais ainda se encontram em evolução. Este facto causa alguma incerteza sobre os requisitos de capital e as suas implicações no negócio das seguradoras.

De acordo com o novo regime, ativos e passivos serão valorizados a valor de mercado traduzindo-se numa maior volatilidade dos requisitos de capital.

O objetivo da Allianz Portugal é o de encontrar-se bem

capitalizada, mesmo depois de movimentos adversos extremos, garantindo assim todos os compromissos com os seus segurados e acionistas.

A estratégia da Allianz Portugal no ano de 2013 teve como ponto principal a proteção de capital e da liquidez.

Definidos o modelo interno de capital como o capital requerido para fazer face a eventos inesperados ou perdas económicas externas.

Com o objetivo de alinhar o nosso modelo interno com os requisitos do novo regime de solvência importantes alterações foram introduzidas no ano 2013.

Nos próximos pontos, vão ser apresentados os resultados de 2012 recalculados de forma a refletirem a metodologia de alocação

de riscos utilizada durante o ano 2013 permitindo assim uma comparação entre estes dois períodos.

Os valores apresentados correspondem ao nível de confiança 99,5% e contêm o efeito de diversificação dentro de cada risco e entre riscos, ou seja, corresponde aos resultados diversificados. A distribuição do capital em risco por tipo de risco passou a utilizar uma matriz de alocação que substituiu o método utilizado no ano anterior.

### Risco de Mercado

O Risco de Mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações do mercado de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário.

A política de investimentos pauta-se por níveis prudentes de aceitação e diversificação do risco através do estabelecimento de um alocação estratégica dos ativos (strategic asset allocation) anual, podendo este ser revisto durante o ano.

A aprovação da estratégia de investimento e a verificação do cumprimento da política de investimentos é efetuado pelo Comité Financeiro.

A Gestão de Ativos e Passivos, do ano 2013, foi efetuada utilizando uma metodologia designada por ALM (Asset Liability Management).

Esta metodologia permitiu-nos efetuar as seguintes análises:

- Análise gap duration ativos e passivos
- Análise de cobertura (verifica-se que existem ativos suficientes para cobrirem as responsabilidades existentes);
- Análise de liquidez ao longo da vida do produto
- Análise de risco reinvestimento e risco de preço

No caso do segmento vida são usadas técnicas como a replicação de portfólios de forma a integrar mais eficientemente os passivos deste segmento. A alocação de ativos representa os valores de capital requerido da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Capital Requerido	2013				2012			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
Risco de Mercado	12.591.935	100,0%	24.091.894	100,0%	9.809.323	100,0%	39.542.172	100,0%
- Risco de Taxa de Juro	9.051.076	71,9%	2.075.291	8,6%	5.886.567	60,0%	1.268.205	3,2%
- Risco de Volatilidade da Taxa de Juro	125.735	1,0%	0	0,0%	63.647	0,6%	0	0,0%
- Risco de Spread	3.185.855	25,3%	14.687.020	61,0%	3.710.578	37,8%	30.579.318	77,3%
- Risco de Ações	0	0,0%	506.177	2,1%	-	0,0%	821.392	2,1%
- Risco de Volatilidade de Ações	3.118	0,0%	0	0,0%	360	0,0%	0	0,0%
- Risco Imobiliário	226.150	1,8%	6.823.405	28,3%	148.171	1,5%	6.873.257	17,4%

O maior impacto entre períodos é verificado no risco de taxa de juro, em ambos os segmentos.

O segmento vida está exposto à subida da curva de taxas de juro devido ao *mismatch* verificado nos produtos de risco. A alteração da estratégia de investimento da carteira de vida bem como a alteração de pressupostos que afectam a Best-Estimate dos passivos, levou ao acréscimo da sua duração. O movimento positivo da curva de taxas de juro associado à alteração da estratégia de investimento da carteira e à alteração de pressupostos para a Best-Estimate levou ao aumento deste risco em 53,8%.

O segmento não vida está exposto à subida da curva de taxa de juro, pelo que o movimento positivo verificada ao nível das taxas de juro, ao longo do ano, levou ao aumento deste risco em 63,6%.

No segmento vida, ao nível do risco de spread verifica-se um decréscimo de 14,1%, quando comparada a distribuição do risco no total do risco de mercado. Esta diminuição é resultante de uma carteira de ativos mais diversificada e da diminuição dos spreads nos mercados financeiros no final do ano 2013.

No segmento não vida verifica-se um decréscimo de 52,0% do risco de spread, quando comparada a distribuição do risco no total do risco de mercado, resultante de uma carteira de ativos mais diversificada com a contínua diminuição da exposição a dívida soberana portuguesa e da diminuição dos spreads nos mercados financeiros no final do ano 2013.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez, ou seja, o risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a liquidações de curto ou médio prazo é monitorizado usando a metodologia ALM.

A análise da maturidade dos ativos e passivos é apresentada na nota 6.6.

### Risco de mortalidade e longevidade

O risco de mortalidade e longevidade consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nos pressupostos. A exposição ao risco de longevidade não é material dado que as rendas vitalícias representam apenas 1,1% do nosso portfólio.

Este risco apresentou no final do ano os resultados seguintes:

Capital Requerido	(Valores em Euros)		
	Vida		
	2013	2012	Δ13/12
Risco Atuarial	3.591.896	1.798.255	99,7%
- Risco de Mortalidade	1.250.057	698.201	79,0%
- Risco de Mortalidade Catastrófico	2.341.839	1.100.053	112,9%

O acréscimo do risco de mortalidade e mortalidade catastrófico resulta da diminuição do efeito de diversificação entre riscos.

### Risco de crédito

O risco de crédito consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou mesmo incumprimento de um parceiro de negócio.

A modelização deste risco tem sido aperfeiçoada através da inclusão da migração de ratings, maior granularidade em termos das perdas esperadas em caso de default e uma maior sofisticação do modelo de correlações.

O modelo de correlações usa o país e a indústria do emitente assim como o montante de exposição dos ativos.

A Allianz Portugal possui um conjunto de ferramentas que permitem gerir de forma ativa a exposição da carteira de ativos aos diversos emitentes e monitorizar a sua evolução.

Antecipadamente é definida qual a exposição por emitente que se quer aceitar e periodicamente monitoriza-se a carteira verificando se se encontra dentro dos níveis definidos. A gestão do nosso portfólio é feita de acordo com os limites estabelecidos e todas as medidas necessárias são tomadas para que estes limites não sejam ultrapassados.

Com esta ferramenta garantimos que não ficamos sobre expostos, antecipando a possibilidade de essa situação ocorrer.

(Valores em Euros)

Capital Requerido	2013				2012			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
Risco de Crédito	2.174.082	100,0%	4.806.603	100,0%	1.829.201	100,0%	3.922.769	100,0%
- Risco de crédito	2.174.082	100,0%	4.806.603	100,0%	1.829.201	100,0%	3.922.769	100,0%

Durante o ano 2013 verificamos um aumento do risco de crédito proveniente da valorização dos mercados financeiros e da deterioração dos ratings de diversos emitentes.

O quadro seguinte apresenta a qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de todas as obrigações (com base em *ratings* externos):

(Valores em Euros)

Ratings	2013				2012			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
AAA	24.891.903	4,4%	41.197.431	10,0%	16.551.020	3,5%	43.239.833	11,1%
AA	2.701.041	0,5%	1.016.750	0,2%	5.527.276	1,2%	3.813.153	1,0%
AA+	48.594.202	8,5%	39.803.037	9,6%	42.734.132	9,0%	35.686.730	9,1%
AA-	9.165.341	1,6%	7.009.491	1,7%	9.899.922	2,1%	7.784.900	2,0%
A	40.100.417	7,1%	16.920.828	4,1%	59.640.804	12,6%	23.332.991	6,0%
A+	26.769.646	4,7%	13.197.109	3,2%	6.629.581	1,4%	1.950.720	0,5%
A-	82.100.908	14,4%	29.418.776	7,1%	84.043.313	17,8%	22.289.112	5,7%
BBB	184.311.527	32,4%	108.990.276	26,4%	90.641.545	19,2%	60.364.263	15,4%
BBB+	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
BBB-	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
BB	11.367.923	2,0%	11.249.001	2,7%	5.341.830	1,1%	7.420.782	1,9%
BB+	24.453.068	4,3%	13.892.633	3,4%	26.858.939	5,7%	10.035.256	2,6%
BB-	106.996.388	18,8%	122.051.574	29,6%	112.404.942	23,8%	159.344.494	49,4%
B	197.974	0,0%	2.276.701	0,6%	9.675.290	2,0%	7.438.430	1,9%
B+	6.586.176	1,2%	3.911.814	0,9%	2.277.716	0,5%	7.037.314	1,8%
C	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
CC	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
CCC	0	0,0%	648.438	0,2%	0	0,0%	612.500	0,2%
NR	448.655	0,1%	953.393	0,2%	240.000	0,1%	510.000	0,1%
<b>Total</b>	<b>568.685.169</b>	<b>100,0%</b>	<b>412.537.251</b>	<b>100%</b>	<b>472.466.311</b>	<b>100%</b>	<b>390.860.478</b>	<b>100%</b>

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber.

Um dos objetos da política de investimentos e de resseguro da Allianz Portugal é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, como é possível verificar nos quadros abaixo:

(Valores em Euros)

Obrigações corporate e ações por tipo de Indústria	2013				2012			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
Instituições financeiras	234.426.396	55,6%	146.441.641	60,6%	217.742.581	64,3%	131.369.716	66,0%
Matérias primas	18.571.250	4,4%	11.908.796	4,9%	13.516.782	4,0%	9.043.014	4,5%
Comunicações	50.856.677	12,1%	26.406.420	10,9%	33.569.905	9,9%	25.085.546	12,6%
Consumíveis cíclicos	6.285.650	1,5%	0	0,0%	2.952.200	0,9%	0	0,0%
Consumíveis não cíclicos	6.451.922	1,5%	1.734.832	0,7%	6.627.289	2,0%	1.794.976	0,9%
Energia	14.470.766	3,4%	4.111.630	1,7%	9.077.923	2,7%	0	0,0%
Indústria	17.104.820	4,1%	13.622.569	5,6%	14.343.796	4,2%	11.206.681	5,6%
Diversos	73.281.742	17,4%	37.498.897	15,5%	40.921.687	12,1%	20.491.989	10,3%
<b>Total</b>	<b>421.449.223</b>	<b>100%</b>	<b>241.724.785</b>	<b>100%</b>	<b>338.752.162</b>	<b>100%</b>	<b>198.991.921</b>	<b>100%</b>

Apesar da maior exposição a entidades financeiras é possível verificar uma diminuição da concentração neste tipo de emittentes e um crescimento ao nível de outro tipo de indústria, nomeadamente Comunicações, Matérias Primas e Consumíveis Cíclicos.

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber e obrigações com garantias estatais que são excluídas para o efeito desta análise.

(Valores em Euros)

Ativos por Zona Geográfica	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
<b>Zona Euro</b>	<b>965.794.950</b>	<b>95,8%</b>	<b>827.471.959</b>	<b>93,8%</b>
Portugal	309.957.533	30,7%	369.792.086	41,9%
França	156.885.035	15,6%	137.608.634	15,6%
Espanha	280.177.839	27,8%	144.482.234	16,4%
Alemanha	9.334.574	0,9%	16.769.408	1,9%
Holanda	65.549.138	6,5%	41.163.731	4,7%
Bélgica	9.814.159	1,0%	10.386.114	1,2%
Itália	98.123.185	9,7%	72.496.953	8,2%
Austria	4.606.622	0,5%	7.535.996	0,9%
Irlanda	7.979.852	0,8%	9.330.989	1,1%
Outros	23.367.014	2,3%	17.905.814	2,0%
<b>Fora da Zona Euro</b>	<b>42.833.799</b>	<b>4,2%</b>	<b>54.731.334</b>	<b>6,2%</b>
EUA	12.250.463	1,2%	17.682.974	2,0%
Reino Unido	17.642.405	1,7%	23.763.009	2,7%
Outros	12.940.931	1,3%	13.285.351	1,5%
<b>Supranacionais</b>		<b>0,0%</b>		<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.008.628.750</b>	<b>100%</b>	<b>882.203.293</b>	<b>100%</b>

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber.

## Risco de Negócio

O Risco de Negócio consiste no risco de existirem desvios face à rentabilidade orçamentada, resultante de retornos mais baixos que o esperado (risco de custos), o risco de resgates e no risco de perdas provenientes de falhas de processos/procedimentos ou controlos ou inadequação dos mesmos (risco operacional).

Ao nível do risco operacional foi introduzido um modelo interno para este risco que resulta na avaliação deste risco através de uma série de cenários de risco.

Ao nível do risco de resgate no segmento vida a taxonomia inclui o risco de resgate massivo.

(Valores em Euros)

Capital Requerido	2013				2012			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
Risco de Crédito	12.602.046	100,0%	3.235.225	100,0%	14.968.439	100,0%	1.113.879	100,0%
- Risco de resgate	6.189.453	49,1%	1.609.682	49,8%	7.561.139	50,5%	96.502	8,7%
- Risco de resgate massivo	5.558.012	44,1%	-	-	6.734.046	45,0%	-	-
- Risco de custo	626.710	5,0%	831.599	25,7%	448.151	3,0%	412.841	37,1%
- Risco operacional	227.870	1,8%	793.944	24,5%	225.103	1,5%	604.536	54,3%

O risco de negócio apresenta-se estável entre os períodos acima representados.



## Risco de Prémios

O risco de prémios consiste no risco de insuficiência de cobertura de prémios. Este risco está dividido em dois sub-riscos: risco de prémios catastróficos e risco de prémios não catastróficos.

O quadro seguinte sumariza o consumo de capital relativo ao risco de prémios dos ramos pertencentes ao Segmento Não Vida:

(Valores em Euros)

Capital Requerido	Não Vida			
	2013	%	2012	%
Risco de Prémios	22.158.834	100,0%	17.582.636	100,0%
- Catastrófico	4.628.651	20,9%	3.050.143	17,3%
- Não catastrófico	12.520.620	56,5%	13.849.302	78,8%
- Terror	5.009.563	22,6%	683.190	3,9%

O risco de prémios aumentou cerca de 26% relativamente ao ano anterior proveniente do crescimento verificado no ramo não vida e da alteração de pressupostos no risco de prémios de terrorismo.

## Risco de Reservas

O Risco de Reservas consiste no risco de perdas provenientes da utilização de bases de cálculo das reservas não adequadas ou insuficientes.

O quadro seguinte apresenta o consumo de capital por parte deste risco:

(Valores em Euros)

Capital Requerido	Não Vida			
	2013	%	2012	%
Risco de Reservas	14.306.852	100,0%	21.436.074	100,0%
- Risco de reservas	14.306.852	100,0%	21.436.074	100,0%

A diminuição por parte deste risco verificado no ano 2013 é proveniente do acréscimo verificado nas taxas de juro sem risco.

## Risco Específico de Seguros

Risco Específico de Seguros – risco de perdas provocadas por comercialização de contratos de seguro, desenho de produtos, tarifação, processo de subscrição, provisionamento de responsabilidades, gestão de sinistros e gestão de resseguro.

A Allianz Portugal tem estabelecido políticas claras de subscrição, tarifação e de desenho dos produtos. Tendo definido requisitos mínimos estandardizados de risco, que são cumpridos no

desenvolvimento e aprovação de novos produtos e em mudanças significativas de produtos existentes.

Relativamente, às políticas de subscrição estão definidos standards mínimos de risco para a subscrição cujo grande objetivo é proteger a companhia de riscos excessivos e standards mínimos de gestão da subscrição cujo grande objetivo é suportar a otimização de risco/retorno, documentando as responsabilidades. As tarifas são construídas actuarialmente e revistas regularmente.

O provisionamento é acompanhado regularmente, reunindo-se trimestralmente o Comité de Reservas com o objetivo de analisar a evolução das reservas e determinar a necessidade de proceder a ajustamentos.

## Plano de Continuidade

O Plano de Continuidade identifica as responsabilidades e tarefas necessárias para restabelecer o normal e bom funcionamento da Companhia, no caso de ocorrer um incidente que provoque interrupção por um período de tempo indeterminado. Esta interrupção pode ocorrer na sequência da destruição de instalações, equipamentos, ou danos em pessoas, impedindo que se continue a prestar serviços a clientes internos ou externos.

O Plano de Continuidade destina-se a assegurar, a segurança e bem-estar dos trabalhadores, manutenção da comunicação interna, continuidade dos processos críticos de negócio, cumprimento de obrigações contratuais, gestão do risco e a manutenção da confidencialidade dos dados e reputação do negócio (via comunicações externas).

No âmbito do Plano é tido em consideração o edifício onde ocorreu o incidente, o tipo de cenário de desastre, se o tipo de danos provocados foi nas instalações e/ou na infraestrutura tecnológica e sistema informáticos e ainda o período em que ocorreu (dentro ou fora do período laboral, com ou sem os sistemas informáticos “abertos”).

O Plano de Continuidade é atualizado regularmente contendo os procedimentos alternativos para todas as áreas críticas do negócio.

## Análises de Sensibilidade

A Allianz Portugal efetua análises regulares de stress testing que permitem avaliar com profundidade os seus riscos. Esta análise possibilita a avaliação dos impactos para a Companhia da ocorrência de situações adversas e medir os efeitos de várias estratégias de gestão.

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade aos

capitais próprios da Allianz Portugal, em 31 de Dezembro de 2012 e 2013, a alterações de fatores de ordem financeira e não financeira:

(Milhões de Euros)

Análise de Sensibilidade	Choque	Impacto nos Capitais Próprios	
		31.12.2013	31.12.2012
Ações	-30%	-1.0	-0.9
Taxas de juro*	2%	-48.5	-33.5
Taxas de juro*	-1.5%	36.3	25.1
Perda de crédito	500%	-1.4	-1.4
Novo negócio	50%	2,6	4.0
Ações	-15%	-24.7	-17.2
Taxa de juro	- 1%		

\* A análise apenas contempla o impacto na variação dos ativos sem correlacionar com eventuais impactos nos passivos.

## Solvência

A Allianz Portugal monitoriza a solvência regularmente, sendo esta calculada de acordo com a Norma Regulamentar N.º 6/2007-R, do Instituto de Seguros de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a margem de solvência da Companhia pode ser analisada como segue:

(Valores em milhares de Euros)

	2013	2012
Capital	39.545	39.545
Reservas	98.514	82.642
Resultados Transitados	105.877	84.522
Resultados Líquidos	29.991	23.728
Distribuição de Resultados do Exercício	-35.037	0
Ajustamentos de Imóveis/Ativos Intangíveis/Pensões de Reforma	2.245	1.225
Margem de Solvência Disponível	241.134	231.662
Margem de Solvência Exigida	90.134	87.748
Excesso/Insuficiência	151.001	143.914
Rácio de Solvência	267,53%	264,01%

Nota: Os pontos não indicados neste anexo, não têm aplicação, ou não são relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# Inventário dos Títulos e Participações Financeiras



## Inventário de Títulos e Participações Financeiras

(Valores em Euros)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
2.1.2.1 - Ações							
BANCO BPI SA.- REG SHS	2.190.384,00			1,06	2.311.536,55	1,21	2.652.555,00
PREVISÃO	17.500,00			4,28	74.939,89	3,13	54.857,78
FUNFRAP-FUNDAÇÃO PORTUGUESA SA	50.000,00			4,99	249.398,95	5,11	255.313,50
Lusitania Seguros	191,00			0,00	0,00	13,08	2.498,26
CASTIL PARQUE	200,00			1.295,63	259.125,51	1.129,81	225.962,55
C. HOSPITALAR S. FRANCISCO	148.842,00			0,70	104.747,56	2,13	317.314,76
	<b>sub-total</b>	<b>2.407.117,00</b>			<b>2.999.748,46</b>		<b>3.508.501,85</b>
2.1.2.2 - Títulos de participação							
...							
	<b>sub-total</b>						
2.1.2.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
IBERIA FUND	500.000,00			5,65	2.826.700,00	0,00	349,99
LOGISTICA E DISTRIBUICAO - F	300.000,00			6,24	1.872.880,00	5,51	1.652.700,00
BPI LIQUIDEZ	4.948,51			6,84	33.853,12	7,34	36.300,29
VISION ESCRITORIOS - FUNDO	1.349.235,00			4,90	6.607.910,10	3,73	5.032.646,55
	<b>sub-total</b>	<b>2.154.183,51</b>			<b>11.341.343,22</b>		<b>6.721.996,83</b>
2.1.2.4 - Outros							
AUDATEX PORTUGAL SA	520,00			249,40	129.687,45	504,02	262.088,95
...							
	<b>sub-total</b>	<b>520,00</b>	<b>0,00</b>		<b>129.687,45</b>		<b>262.088,95</b>
	<b>sub-total</b>	<b>4.561.820,51</b>	<b>0,00</b>		<b>14.470.779,13</b>		<b>10.492.587,63</b>
	<b>total</b>	<b>4.561.820,51</b>	<b>316.311.000,00</b>		<b>314.152.740,15</b>		<b>318.180.060,03</b>
2.2 - Estrangeiros							
2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
2.2.1.1 - De dívida pública							
FRTR3 1/4 25/04/16	0,00	5.977.000,00	100,00%	102,97%	6.154.642,15	82,01%	4.901.468,00
NETHERLANDS GOVERNMENT 4% 7/15/2016	0,00	625.000,00	100,00%	104,35%	652.167,58	104,66%	654.120,00
FRANCE 2,25% 25/10/2022	0,00	6.800.000,00	100,00%	100,54%	6.836.680,00	100,12%	6.808.160,00
BELGIUM KINGDOM 5,5% 03/28/2028	0,00	200.000,00	100,00%	115,65%	231.305,01	128,11%	256.210,00
BP_CM 4,154% 01/06/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	112,33%	1.123.300,00	111,56%	1.115.570,00
ESTADO4,25 10/16	0,00	6.000.000,00	100,00%	106,36%	6.381.600,00	106,15%	6.369.000,00
REPUBLIC OF AUSTRIA 6,25% 7/15/2027	0,00	740.000,02	100,00%	132,25%	978.668,53	140,42%	1.039.108,03
FRANCE 4,25% 25/10/2017	0,00	650.000,00	100,00%	116,11%	754.694,00	112,80%	733.167,50
ESTADO3,8 01/17	0,00	15.260.000,00	100,00%	105,46%	16.093.046,00	103,27%	15.759.750,00
ESTADO 4,6% 30/07/2019	0,00	3.000.000,00	100,00%	108,55%	3.256.600,00	108,14%	3.244.200,00
France 2.5 25/10/2020	0,00	5.120.000,00	100,00%	106,53%	5.454.146,50	102,65%	5.255.750,00
FRANCE 3,5% 25/04/2020	0,00	10.700.000,00	100,00%	114,11%	12.209.320,00	111,53%	11.933.710,00
NETHERLANDS GOVERNMENT 4% 7/15/2018	0,00	1.030.000,00	100,00%	97,31%	1.002.250,00	15,37%	158.284,00
FRANCE (GOVT OF) 4% 10/25/2014	0,00	5.648.000,00	100,00%	103,79%	5.861.960,00	80,72%	4.559.298,75
FRANCE3,75% 10/19	0,00	2.850.000,00	100,00%	116,31%	3.314.805,00	112,79%	3.214.272,50
FRANCIA 5% 1016	0,00	850.000,00	100,00%	113,10%	961.385,00	112,57%	956.845,00
BTPS 7,25 11/2026	0,00	1.800.000,00	100,00%	127,80%	2.300.400,00	128,29%	2.309.220,00
FRANCE (GOVT OF) 3,5% 4/25/2015	0,00	600.000,00	100,00%	97,04%	582.240,00	104,27%	625.590,00
ESTADOS,85 01/22	0,00	6.350.000,00	100,00%	110,01%	6.985.425,00	113,56%	7.211.060,00
Francia 3.25 25/10/2021	0,00	615.000,00	100,00%	110,07%	676.919,50	88,80%	546.125,00
TITIM 5,375% 29/01/2019	0,00	6.000.000,00	100,00%	109,40%	6.563.700,00	106,52%	6.391.380,00
FRANCE (GOVT OF) 4,25% 10/25/2023	0,00	2.600.000,00	100,00%	107,20%	2.787.071,51	115,74%	3.009.240,00
NETHERLANDS GOVERNMENT 3,75% 1/15/2023	0,00	4.442.000,00	100,00%	93,62%	4.158.499,08	54,54%	2.422.691,25
SPCB 3,75% 31/10/2018	0,00	5.000.000,00	100,00%	102,79%	5.139.360,00	104,52%	5.226.000,00
FRTR 3 10/15	0,00	1.300.000,00	100,00%	107,87%	1.402.245,00	104,95%	1.364.350,00
FRANCE (GOVT OF) 8,5% 4/25/2023	0,00	3.600.000,00	100,00%	152,85%	5.502.600,00	151,93%	5.469.480,00
ESTADO FR. 4/2019	0,00	1.650.000,00	100,00%	119,26%	1.967.790,00	114,93%	1.896.345,00
REPUBLIC OF AUSTRIA 4% 9/15/2016	0,00	215.000,00	100,00%	98,84%	212.497,40	109,50%	235.414,25
ESTADO4,85 1020	0,00	1.000.000,00	100,00%	105,15%	1.051.500,00	108,27%	1.082.650,00
FRANCE4,25 1018	0,00	1.785.000,00	100,00%	118,60%	2.116.976,00	114,36%	2.041.326,00
REPUBLIC OF AUSTRIA 4,65% 1/15/2018	0,00	2.900.000,00	100,00%	108,13%	3.135.844,38	114,90%	3.332.100,00
DBR4 07/16	0,00	354.000,00	100,00%	107,03%	378.875,58	42,26%	149.610,85
BTSP3,75 04/16	0,00	1.455.000,00	100,00%	99,41%	1.446.415,50	10,97%	159.607,60
ESTADO4% 04/20	0,00	2.680.000,00	100,00%	100,21%	2.685.529,20	103,80%	2.781.706,00

## Inventário de Títulos e Participações Financeiras

(Valores em Euros)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
2.2.1.2 - De outros emissores públicos		110.796.000,02			120.360.457,92		113.212.909,73
CE 3%04/09/26		3.000.000,00	100,00%	107,40%	3.222.000,00	104,81%	3.144.210,00
EIB 2,25% 14/10/2022		3.500.000,00	100,00%	102,90%	3.601.450,00	100,75%	3.526.355,00
EFSF 2,25% 05/09/2022		3.980.000,00	100,00%	101,34%	4.033.336,00	88,65%	3.528.350,00
TITIM 4% 21/01/2020		3.200.000,00	100,00%	102,97%	3.295.110,00	99,24%	3.175.680,00
CAISSE AMORT DET CADES 4 15/12/25		4.000.000,00	100,00%	99,77%	3.990.720,00	112,30%	4.492.040,00
EIB 2,625% 16/03/2020		2.500.000,00	100,00%	108,66%	2.716.530,00	106,23%	2.655.750,00
CAISSE D'AMORT DETTE SOC 4% 10/25/2019		10.150.000,00	100,00%	103,56%	10.511.269,04	113,61%	11.530.907,50
EFSF 1,125% 30/11/2017		500.000,00	100,00%	100,61%	503.050,00	100,60%	502.975,00
CE 3,5% 04/06/2021		500.000,00	100,00%	115,21%	576.050,00	111,75%	558.725,00
EIB 2,75% 15/09/2021		1.000.000,00	100,00%	109,47%	1.094.700,00	105,54%	1.055.400,00
CASINO 3,157 08/19		500.000,00	100,00%	102,57%	512.850,00	103,52%	517.620,00
EFSF 2.625 02/05/2019		1.000.000,00	100,00%	107,95%	1.079.500,00	106,27%	1.062.650,00
EIB2,5 10/18		4.000.000,00	100,00%	99,19%	3.967.440,00	106,33%	4.253.000,00
CAISSE D'AMORT DETTE SOC 3,75% 10/25/2020		7.435.000,00	100,00%	98,65%	7.334.711,00	98,32%	7.310.224,99
	sub-total	45.265.000,00			46.438.716,04		47.313.887,49
2.2.1.3 - De outros emissores							
A2A SPA 4,5% 11/02/2016		1.000.000,00	100,00%	100,63%	1.006.285,00	107,58%	1.075.800,00
A2A SPA 4,5% 28/11/2019		500.000,00	100,00%	101,95%	509.750,00	107,74%	538.680,00
ABBNEY NATIONAL TREASURY 3,625% 10/14/2016		4.000.000,00	100,00%	99,71%	3.988.320,00	107,83%	4.313.320,00
ABBNEY4.125 03/14		1.000.000,00	100,00%	102,05%	1.020.500,00	100,55%	1.005.480,00
ABERTIS 3,75% 20/06/2023		2.000.000,00	100,00%	98,29%	1.965.800,00	101,58%	2.031.620,00
ABERTIS 4,75% 25/10/2019		4.200.000,00	100,00%	109,52%	4.599.843,50	111,01%	4.662.504,00
ABERTIS 5,125% 12/07/2017		450.000,00	100,00%	107,38%	483.210,00	111,32%	500.944,50
ABESM4.625 10/16		3.000.000,00	100,00%	103,50%	3.105.000,00	108,41%	3.252.270,00
ACA 1,875% 07/06/2023		1.000.000,00	100,00%	98,98%	989.750,00	95,57%	955.720,00
ACACB 4% 16/07/2025		500.000,00	100,00%	117,12%	585.575,00	112,91%	564.530,00
ACACB2,50 06/15		2.000.000,00	100,00%	100,20%	2.004.000,00	103,02%	2.060.360,00
ACACB2,625 6/15		1.500.000,00	100,00%	101,18%	1.517.737,50	100,13%	1.501.935,00
ACACB3,5 06/18		1.000.000,00	100,00%	110,07%	1.100.700,00	109,88%	1.098.840,00
AIR LIQUIDE SA 4,75% 6/25/2014		1.000.000,00	100,00%	98,81%	998.130,00	101,99%	1.019.870,00
ATLANTIA 3,625% 30/11/2018		3.000.000,00	100,00%	104,79%	3.143.737,50	105,26%	3.157.710,00
AXA 4,5% 01/15		750.000,00	100,00%	101,59%	761.941,87	103,88%	779.070,00
AYTCED 3.50% 03/16		500.000,00	100,00%	92,80%	464.000,00	102,52%	512.575,00
BANCA POPOLARE DI MILANO 3.5% 10/17/2016		3.000.000,00	100,00%	99,29%	2.978.730,00	102,00%	3.059.850,00
BANCO POPULAR ESPANOL 4,25% 09/30/2015		3.000.000,00	100,00%	101,00%	3.030.000,00	104,42%	3.132.600,00
BANES3,50 01/16		3.000.000,00	100,00%	95,30%	2.859.000,00	104,32%	3.129.600,00
BANES4,625 03/15		1.200.000,00	100,00%	100,10%	1.201.200,00	104,31%	1.251.756,00
BANEST4,25 09/14		500.000,00	100,00%	98,48%	492.386,87	102,26%	511.275,00
BANESTO 4,25% 21/02/14		300.000,00	100,00%	102,99%	308.970,00	100,37%	301.095,00
BANESTO 4,75 24/01/17		3.000.000,00	100,00%	99,74%	2.992.230,00	109,65%	3.289.620,00
BANK OF SCOTLAND PLC 3/16/2020		2.100.000,00	100,00%	99,16%	2.082.287,97	111,44%	2.340.337,19
BANK3,25% 11/14		3.000.000,00	100,00%	99,65%	2.989.500,00	101,82%	3.054.450,00
BANQUE FED CRED MUTUEL 02/16		3.000.000,00	100,00%	93,94%	2.818.200,00	99,37%	2.981.220,00
BASF SE 1,875% 04/02/2021		200.000,00	100,00%	98,95%	197.900,00	98,45%	196.900,00
BAYERISCHE LANDESBANK 3/30/2015		3.000.000,00	100,00%	100,00%	3.000.000,00	84,06%	2.521.875,00
BBK3,375 09/14		3.000.000,00	100,00%	99,99%	2.999.730,00	101,37%	3.040.950,00
BBVA 3% 09/10/2014		5.000.000,00	100,00%	99,91%	4.995.650,00	101,43%	5.071.250,00
BBVA 3,5% 05/12/2017		5.000.000,00	100,00%	99,69%	4.984.700,00	106,77%	5.338.400,00
BBVA 3,5% 24/01/2021		12.800.000,00	100,00%	99,79%	12.773.288,00	105,18%	13.463.040,00
BBVA 3,50 10/20		1.200.000,00	100,00%	100,72%	1.208.640,00	105,99%	1.271.820,00
BBVA 3,875% 30/01/2023		2.500.000,00	100,00%	103,00%	2.574.900,00	107,49%	2.687.125,00
BBVA 4% 25/02/25		2.000.000,00	100,00%	100,27%	2.005.400,00	105,83%	2.116.500,00
BBVA INTL PREF UNIPERSON 8,5% 10/21/2014		2.000.000,00	100,00%	99,95%	1.998.907,28	103,05%	2.060.900,00
BBVA4,125 01/14		2.500.000,00	100,00%	101,20%	2.530.085,00	100,06%	2.501.550,00
BBVA4,75 02/16		9.000.000,00	100,00%	101,12%	9.100.800,00	107,24%	9.651.780,00
BBVA4.25 07/14		1.500.000,00	100,00%	98,88%	1.483.200,00	101,60%	1.523.925,00
BBVASM4.25 03/15		5.450.000,00	100,00%	100,11%	5.455.853,39	55,27%	3.012.201,00
BELGACOM S.A. DROIT PUB 4,375% 11/23/2016		1.050.000,00	100,00%	96,95%	1.017.937,50	109,52%	1.149.970,50
BELGELEC FINANCE SA 5,125% 6/24/2015		750.000,00	100,00%	101,19%	758.913,78	106,25%	796.875,00
BKTSM 3,875% 30/10/2015		700.000,00	100,00%	104,00%	728.000,00	104,59%	732.095,00
BKTSM4.125 03/17		2.500.000,00	100,00%	100,52%	2.512.920,00	107,52%	2.688.100,00
BMW 2% 04/09/2020		1.000.000,00	100,00%	99,87%	998.700,00	99,49%	994.900,00

## Inventário de Títulos e Participações Financeiras

(Valores em Euros)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
BNP ARBITRAGE ISSUANCE OÁSIS 1.5% 03/06/2014		3.666.200,00	100,00%	91,79%	3.365.204,98	109,98%	4.032.086,76
BNP PARIBAS 3,375% 01/12/2017		5.000.000,00	100,00%	99,40%	4.970.000,00	107,66%	5.383.000,00
BNPSCF2,25 1015		1.500.000,00	100,00%	103,60%	1.554.037,50	103,17%	1.547.565,00
BNPSCF3,12 0616		2.000.000,00	100,00%	101,80%	2.036.000,00	106,10%	2.121.980,00
BNPSCF3,62 0614		1.000.000,00	100,00%	103,50%	1.034.950,00	101,41%	1.014.100,00
BNZ INTERNATIONAL FNDNG 4% 08/03/2017		3.000.000,00	100,00%	99,55%	2.986.458,38	108,20%	3.246.060,00
BSCH 2,875% 30/01/2018		5.700.000,00	100,00%	99,04%	5.645.250,00	102,56%	5.845.952,00
BSCH 4% 07/04/2020		500.000,00	100,00%	107,20%	536.000,00	109,05%	545.225,00
BSCH3,25 02/15		1.000.000,00	100,00%	96,40%	964.000,00	102,44%	1.024.390,00
BSCH3,625 0417		2.500.000,00	100,00%	97,13%	2.428.150,00	106,53%	2.663.150,00
BSCH4,375 03/15		600.000,00	100,00%	100,00%	600.000,00	103,91%	623.430,00
CABKSM 3% 22/03/2018		1.000.000,00	100,00%	100,14%	1.001.400,00	103,67%	1.036.700,00
CABKSM 4,75 31/10/2018		2.100.000,00	100,00%	107,46%	2.256.660,00	111,35%	2.338.350,00
CABKSM4 16/02/17		2.300.000,00	100,00%	99,41%	2.286.490,00	107,11%	2.463.484,00
CAIXA5,125 0416		2.800.000,00	100,00%	101,13%	2.831.700,00	108,44%	3.036.292,00
CAIXAB 4,625% 04/06/2019		700.000,00	100,00%	94,75%	663.250,00	110,97%	776.790,00
CAIXAB3,375% 30/06/14		1.350.000,00	100,00%	97,24%	1.312.740,00	100,94%	1.362.622,00
CAIXAB4,25 01/17		3.000.000,00	100,00%	99,00%	2.970.000,00	71,73%	2.151.800,00
CAIXAB4,75 0315		1.000.000,00	100,00%	100,25%	1.002.500,00	104,34%	1.043.420,00
CAIXAB5 02/16		1.000.000,00	100,00%	99,95%	999.500,00	107,75%	1.077.500,00
CAJA MADRID 5,75 06/16		1.000.000,00	100,00%	99,75%	997.500,00	108,28%	1.082.750,00
CARREFOUR 1,875% 19/12/2017		500.000,00	100,00%	101,72%	508.600,00	101,18%	505.905,00
CARREFOUR 4% 09/04/2020		900.000,00	100,00%	108,93%	980.370,00	108,87%	979.839,00
CARREFOUR SA 4,375% 11/2/2016		800.000,00	100,00%	101,40%	811.220,00	109,01%	872.040,00
CFF6,125 02/15		2.500.000,00	100,00%	111,07%	2.776.750,00	106,39%	2.659.625,00
CIFEUR4,5 06/14		2.500.000,00	100,00%	105,42%	2.635.550,00	101,68%	2.541.875,00
CITIGROUP EISDA10+ 8BP 03/17		2.500.000,00	100,00%	99,83%	2.495.655,37	100,31%	2.507.750,00
CMCIC2,75 02/14		1.500.000,00	100,00%	101,07%	1.516.050,00	100,23%	1.503.435,00
CMCIC3,125 0115		1.250.000,00	100,00%	102,35%	1.279.375,00	102,79%	1.284.875,00
CMCIC3,375 0716		1.000.000,00	100,00%	103,05%	1.030.500,00	106,82%	1.068.240,00
CRH 2,6 04/16		2.000.000,00	100,00%	100,39%	2.007.800,00	104,70%	2.093.920,00
CRH 3,3% 23/09/2022		1.000.000,00	100,00%	109,65%	1.096.500,00	108,28%	1.082.810,00
CRH 3,6% 08/03/2024		5.000.000,00	100,00%	113,04%	5.652.000,00	109,92%	5.496.145,84
CRH 4% 17/06/2022		2.000.000,00	100,00%	118,26%	2.365.200,00	113,76%	2.275.240,00
CRH 4,25 10/14		1.800.000,00	100,00%	106,19%	1.911.452,00	103,12%	1.856.160,00
DAIMLER 2% 06/21		500.000,00	100,00%	97,68%	488.400,00	97,89%	489.455,00
DEPFA FUNDING IV LP 5,029% 3/21/2017		3.000.000,00	100,00%	22,77%	683.043,60	46,74%	1.402.050,00
DTEL 2% 30/10/2019		3.200.000,00	100,00%	99,72%	3.190.912,00	100,92%	3.229.376,00
DTEL 2,125% 18/01/2021		1.500.000,00	100,00%	98,20%	1.473.000,00	98,87%	1.482.975,00
DTEL 4,25% 16/03/2020		1.000.000,00	100,00%	113,76%	1.137.550,00	111,77%	1.117.680,00
DTEL4,375 06/14		1.000.000,00	100,00%	105,00%	1.050.000,00	101,54%	1.015.410,00
EDF 2,25% 27/04/2021		400.000,00	100,00%	99,56%	398.244,00	99,09%	396.340,00
ELM BV (SWISS REIN CO) 5,252% 5/25/2016		700.000,00	100,00%	100,15%	701.050,00	104,67%	732.676,00
ENAGAS 4,25% 05/10/2017		2.200.000,00	100,00%	103,28%	2.272.158,00	108,95%	2.396.834,00
ENEL FIN 4,875% 11/03/2020		3.000.000,00	100,00%	107,96%	3.238.650,00	110,91%	3.327.210,00
ENEL SPA 4,875% 20/02/2018		2.400.000,00	100,00%	105,50%	2.532.000,00	109,36%	2.624.592,00
ENEL_FIN 4,875 17/04/2023		3.000.000,00	100,00%	98,93%	2.967.975,88	110,09%	3.302.610,00
ENEL_FIN 5% 12/07/2021		2.300.000,00	100,00%	107,58%	2.474.450,00	111,53%	2.556.236,00
ENEL_FIN 5% 14/09/2022		12.300.000,00	100,00%	106,56%	13.107.060,00	110,48%	13.589.214,85
ENEL3,5 02/16		4.700.000,00	100,00%	100,86%	4.740.250,00	104,19%	4.896.789,00
ENEL4,625 06/15		500.000,00	100,00%	99,81%	499.025,00	104,96%	524.785,00
ENEL5,25 06/17		1.800.000,00	100,00%	108,25%	1.948.500,00	110,99%	1.997.892,00
ENEL-SOCIETA PER AZIONI 6/20/2014		2.500.000,00	100,00%	98,53%	2.463.207,50	99,88%	2.496.975,00
ENI 2,625 22/11/2021		1.100.000,00	100,00%	99,96%	1.099.527,00	99,64%	1.096.040,00
ENI 4,875 11/10/2017		2.000.000,00	100,00%	113,46%	2.269.100,00	112,02%	2.240.320,00
ENI SPA 5% 1/28/2016		1.500.000,00	100,00%	99,34%	1.490.055,00	79,26%	1.188.946,00
ESFG INTERNATIONAL LTD 5,753% 6/6/2017		1.250.000,00	100,00%	100,00%	1.250.000,00	51,88%	648.437,50
FERROVIAL 3,375% 07/06/2021		2.100.000,00	100,00%	99,49%	2.089.350,00	100,16%	2.103.360,00
FERROVIAL 3,375% 30/01/2018		700.000,00	100,00%	103,52%	724.640,00	104,07%	728.476,00
FORTIS NED 4% 02/03/2015		500.000,00	100,00%	99,80%	499.000,00	103,47%	517.340,00
FRANCE TEL 3,375% 16/09/2022		1.100.000,00	100,00%	105,90%	1.164.900,00	104,09%	1.145.012,00
FRANCE TELECOM 3,625% 10/14/2015		2.500.000,00	100,00%	97,15%	2.428.850,00	104,92%	2.623.050,00
FRANCE TELECOM 5% 1/22/2014		250.000,00	100,00%	104,07%	260.164,75	60,12%	150.297,00
FRTTEL3,875% 09/04/2020		2.500.000,00	100,00%	108,32%	2.708.000,00	108,29%	2.707.150,00
FTEL 5,625% 22/05/2018		2.000.000,00	100,00%	118,57%	2.371.400,00	116,18%	2.323.560,00
GAS NATURAL 6,375% 09/07/2019		400.000,00	100,00%	117,78%	471.120,00	119,71%	478.828,00
GASN4,125% 0118		1.500.000,00	100,00%	101,23%	1.518.400,00	108,66%	1.629.930,00
GASN4,375 11/16		5.700.000,00	100,00%	101,50%	5.785.350,00	108,31%	6.173.841,00
GASN5,25% 07/14		2.500.000,00	100,00%	100,63%	2.515.682,00	102,16%	2.553.875,00

## Inventário de Títulos e Participações Financeiras

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
GASNAT 4,5% 27/01/2020		700.000,00	100,00%	103,56%	724.900,00	110,37%	772.569,00
GASNAT 5,125% 02/11/2021		1.500.000,00	100,00%	111,32%	1.669.750,00	114,35%	1.715.190,00
GASNAT CAP 4,125% 24/04/2017		1.500.000,00	100,00%	102,30%	1.534.460,00	108,02%	1.620.345,00
GASNAT_FIN 3,875% 11/04/2022		1.000.000,00	100,00%	100,72%	1.007.200,00	105,26%	1.052.610,00
GASNAT_FIN 3,875% 17/01/23		1.000.000,00	100,00%	99,14%	991.390,00	104,43%	1.044.290,00
GASSM 6 27/01/2020		2.500.000,00	100,00%	112,83%	2.820.850,00	118,61%	2.965.175,00
GASSM5,375 05/19		2.700.000,00	100,00%	107,60%	2.905.270,00	114,88%	3.101.814,00
GDF SUEZ 5,625% 1/18/2016		3.000.000,00	100,00%	102,87%	3.086.166,87	91,47%	2.744.225,00
GDF_SUEZ 2,75% 18/10/2017		2.000.000,00	100,00%	106,58%	2.131.600,00	105,37%	2.107.480,00
GDF_SUEZ 6,375% 18/01/2021		1.000.000,00	100,00%	128,40%	1.284.000,00	126,46%	1.264.630,00
GDF3,125% 01/20		500.000,00	100,00%	99,59%	497.965,00	106,10%	530.520,00
GE CAPITAL EURO FUNDING 4,75% 07/30/2014		1.800.000,00	100,00%	99,91%	1.798.434,00	102,39%	1.842.930,00
GOLDMAN SACHS GROUP INC 4,5% 1/30/2017		1.000.000,00	100,00%	98,40%	983.998,95	108,76%	1.087.640,00
GOLDMAN SACHS GROUP INC 4,723% 23/05/2016		1.650.000,00	100,00%	86,45%	1.426.350,00	72,05%	1.188.888,00
HANNOVER FINANCE SA 5% 6/1/2015		1.650.000,00	100,00%	96,26%	1.588.207,50	102,77%	1.695.754,50
HIPO HIPO-8 A2 15/3/2038		887.292,00	100,00%	99,55%	883.332,43	85,22%	756.157,61
HSBC FINANCE CORP 3,75% 11/4/2015		1.000.000,00	100,00%	100,47%	1.004.662,50	105,00%	1.049.960,00
IBERC3,375 1114		3.000.000,00	100,00%	99,92%	2.997.480,00	101,39%	3.041.700,00
IBERCAJA 3,50% 04/15		2.500.000,00	100,00%	99,63%	2.490.650,00	101,28%	2.531.975,00
IBERDROLA 3,5% 01/01/2021		1.000.000,00	100,00%	102,44%	1.024.400,00	104,52%	1.045.150,00
IBERDROLA 4,125% 23/03/2020		1.000.000,00	100,00%	107,59%	1.075.900,00	109,31%	1.093.120,00
IBERDROLA FINANZAS SAL 5,625% 5/9/2018		1.500.000,00	100,00%	100,48%	1.507.237,50	115,30%	1.729.455,00
Iberdrola International 2,875 11/11/2020		5.200.000,00	100,00%	99,38%	5.167.540,00	101,41%	5.273.268,00
IBESM3,875 0214		1.700.000,00	100,00%	100,35%	1.705.950,00	100,29%	1.704.998,00
IBESM4,75 01/16		500.000,00	100,00%	99,68%	498.410,00	107,44%	537.210,00
IBESM4,25 10/18		5.900.000,00	100,00%	106,40%	6.227.581,80	109,81%	6.478.849,00
ISPIM 3,25 28/04/2017		2.000.000,00	100,00%	104,25%	2.085.000,00	105,55%	2.110.900,00
ISPIM 3,375% 24/01/2025		1.000.000,00	100,00%	99,00%	990.025,00	99,51%	995.110,00
ISPIM 3,625% 03/12/2022		1.400.000,00	100,00%	103,75%	1.452.535,00	104,34%	1.460.760,00
ISPIM 5 27/01/2021		2.100.000,00	100,00%	112,55%	2.363.550,00	114,77%	2.410.254,00
ISPIM4,375 0816		4.900.000,00	100,00%	105,37%	5.163.025,00	107,96%	5.289.844,00
ISPM 3,75% 09/2019		5.000.000,00	100,00%	99,37%	4.968.600,00	107,97%	5.398.450,00
MAPFRE SA 5,921% 7/24/2037		2.500.000,00	100,00%	99,58%	2.489.500,00	101,51%	2.537.675,00
MERRILL LYNCH & CO 4,875% 5/30/2014		2.500.000,00	100,00%	99,95%	2.498.700,00	101,65%	2.541.300,00
MERRILL LYNCH SA LUX 1/30/2017		1.550.000,00	100,00%	99,44%	1.541.375,00	82,21%	1.274.250,00
MRDGF 3,779% 11/09/2018		2.000.000,00	100,00%	103,35%	2.067.000,00	104,30%	2.086.020,00
NATIONAL AUSTRALIA BANK 4,75% 07/15/2016		1.600.000,00	100,00%	103,63%	1.658.016,00	109,54%	1.752.688,00
NORDEA BANK AB 4,5% 5/12/2014		1.000.000,00	100,00%	100,14%	1.001.420,00	101,40%	1.013.990,00
NOVART4,25 0616		2.500.000,00	100,00%	100,62%	2.515.550,00	108,43%	2.710.675,00
PFIZER INC. 4,75% 12/15/2014		2.500.000,00	100,00%	104,99%	2.624.747,50	104,03%	2.600.675,00
POPSM 3,75% 22/01/2019		10.400.000,00	100,00%	100,10%	10.410.150,00	103,46%	10.760.256,00
POPSM4,125 0418		13.600.000,00	100,00%	103,66%	14.097.310,00	105,89%	14.400.496,00
POPSM4,125 0317		1.400.000,00	100,00%	100,53%	1.407.480,00	105,73%	1.480.248,00
POPULAR 4 10/16		1.400.000,00	100,00%	99,31%	1.390.340,00	104,76%	1.466.570,00
RABOBANK 4,125% 01/14/2020		3.000.000,00	100,00%	114,75%	3.442.575,00	110,50%	3.314.939,98
RABOBANK NEDERLAND 3,375% 1/18/2016		2.500.000,00	100,00%	98,74%	2.468.384,75	105,08%	2.627.025,00
REESM 2,375 31/05/2019		2.500.000,00	100,00%	97,81%	2.445.150,00	100,07%	2.501.625,00
REESM 3,875% 25/01/2022		300.000,00	100,00%	103,20%	309.600,00	105,58%	316.749,00
REP 4,25 2016		3.500.000,00	100,00%	100,61%	3.521.250,00	106,16%	3.715.670,00
REPSOL 2,625% 28/05/2020		2.400.000,00	100,00%	97,95%	2.350.870,00	98,49%	2.363.760,00
REPSOL 4,375% 02/2018		1.000.000,00	100,00%	99,65%	996.540,00	109,23%	1.092.250,00
REPSOL 4,875% 19/02/2019		3.000.000,00	100,00%	112,46%	3.373.900,00	111,36%	3.340.680,00
RIC_BANQUE 2,875% 22/01/2018		1.000.000,00	100,00%	99,77%	997.650,00	103,12%	1.031.150,00
SABSN 3,375% 23/01/2018		1.000.000,00	100,00%	100,82%	1.008.200,00	103,95%	1.039.530,00
SANTANDER ISSUANCES 3/23/2017		5.200.000,00	100,00%	91,77%	4.771.817,25	95,40%	4.960.800,00
SHELL INTERNATIONAL FIN 4,625% 5/22/2017		1.050.000,00	100,00%	102,18%	1.072.904,15	111,99%	1.175.916,00
SNAM SPA 3,875% 19/03/2018		600.000,00	100,00%	106,10%	636.600,00	108,00%	647.970,00
SOCGEN 4,25% 03/02/2023		1.700.000,00	100,00%	117,67%	2.000.430,00	115,95%	1.971.218,00
SOCGEN3 03/15		1.000.000,00	100,00%	98,78%	987.800,00	102,78%	1.027.780,00
SOCGEN4 4/16		500.000,00	100,00%	103,97%	519.855,00	106,85%	534.270,00
SOCSEF3,25 0616		2.000.000,00	100,00%	101,66%	2.033.200,00	106,33%	2.126.660,00
SOGEN3,75 0814		3.900.000,00	100,00%	103,36%	4.031.040,00	101,99%	3.977.688,00
SOLVAY S.A. 4,875% 1/10/2014		2.000.000,00	100,00%	102,12%	2.042.476,93	100,05%	2.000.960,00
SOLVAY S.A.5% 6/12/2015		2.270.000,00	100,00%	101,01%	2.292.846,00	84,02%	1.907.208,00
SRGIM 3,5 13/02/2012		1.000.000,00	100,00%	101,33%	1.013.346,21	105,20%	1.052.030,00
STADSHYPOTEK 3% 10/01/2014		3.000.000,00	100,00%	99,59%	2.987.670,00	101,93%	3.057.870,00
STATOILHYDRO ASA 4,375% 3/11/2015		1.200.000,00	100,00%	99,83%	1.198.003,24	104,44%	1.253.244,00
TEF 2,736 05/19		1.000.000,00	100,00%	100,00%	1.000.000,00	101,52%	1.015.230,00
TEF 3,961% 26/03/2021		3.000.000,00	100%	100,10%	3.002.900,00	105,56%	3.166.710,00
TEF 3,987% 23/01/2023		6.500.000,00	100%	100,18%	6.511.500,00	103,84%	6.749.730,00



(Valores em Euros)

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
TEF_EMISAU 5,811 05/09/17		2.500.000,00	100%	104,86%	2.621.500,00	113,92%	2.847.950,00
TEF4.693 1119		700.000,00	100%	108,82%	761.740,00	110,90%	776.321,00
TELEF 1,71% 20/01/2020		6.100.000,00	100%	104,60%	6.380.575,00	110,61%	6.747.271,00
TELEFO 3,661 08/17		800.000,00	100%	92,00%	736.000,00	106,48%	851.864,00
TELEFO 4.797 21/02/18		1.500.000,00	100%	105,60%	1.584.000,00	110,70%	1.660.425,00
TELEFONICA EMISIONES SAL 4,375% 2/2/2016		3.707.000,00	100%	99,20%	3.677.321,00	106,20%	3.936.722,79
TELEFONICA EMISIONES SAL 5,496% 4/1/2016		1.500.000,00	100%	100,00%	1.500.000,00	108,98%	1.634.760,00
TELENOR ASA 4,5% 3/28/2014		2.500.000,00	100%	103,35%	2.583.842,17	100,91%	2.522.775,00
TELSTRA CORP LTD. 4,75% 3/21/2017		2.500.000,00	100%	99,67%	2.491.670,00	111,40%	2.785.050,00
TERNA 4,75% 15/03/2021		1.000.000,00	100%	115,11%	1.151.100,00	113,26%	1.132.640,00
TERNA SPA 4.125 17/02/2017		6.000.000,00	100%	102,79%	6.167.590,00	108,09%	6.485.220,00
TITIM 6,125% 14/12/2018		422.000,00	100%	112,65%	475.383,00	110,18%	464.942,72
UBI Banca 3,625% 23/09/2016		2.000.000,00	100%	99,47%	1.989.320,00	104,90%	2.097.900,00
UBS AG LONDON 5,625% 5/19/2014		2.400.000,00	100%	100,05%	2.401.260,00	101,88%	2.445.168,00
UBS6 04/18/18		3.000.000,00	100%	114,79%	3.443.700,00	118,40%	3.551.880,00
UCIM 1,875% 31/01/2019		4.000.000,00	100%	99,54%	3.981.760,00	98,89%	3.955.600,00
UCIM 2,625% 31/10/2020		2.000.000,00	100%	100,68%	2.013.600,00	100,16%	2.003.240,00
UCIM 2,75% 31/01/2020		2.000.000,00	100%	100,90%	2.018.000,00	101,87%	2.037.440,00
UCIM 4 01/18		8.000.000,00	100%	103,30%	8.264.210,94	108,88%	8.710.640,00
UCIM 4,875 0317		2.500.000,00	100%	99,49%	2.487.125,00	108,35%	2.708.825,00
UCIM 5 31/10/21		3.850.000,00	100%	103,54%	3.986.353,50	115,36%	4.441.283,00
UCIM4.25 07/18		3.000.000,00	100%	105,60%	3.168.037,50	110,24%	3.307.230,00
UCIM5.25 04/23		1.000.000,00	100%	107,62%	1.076.165,00	116,96%	1.169.590,00
UNICREDIT SPA 4,375% 01/31/2022		3.000.000,00	100%	99,43%	2.983.020,00	110,31%	3.309.150,00
VEOLIA ENVIRONNEMENT 5,375% 5/28/2018		1.650.000,00	100%	109,82%	1.812.085,00	116,59%	1.923.751,50
VIVENDI 2,375 21/01/2019		500.000,00	100%	98,45%	492.250,00	99,67%	498.345,00
VODAFONE GROUP PLC 5% 6/4/2018		2.500.000,00	100%	101,45%	2.536.362,50	114,83%	2.870.650,00
VOLKSWAGEN INTL FIN NV 7% 2/9/2016		2.500.000,00	100%	114,86%	2.871.578,50	112,75%	2.818.625,00
VW 2% 14/01/2020		1.000.000,00	100%	99,14%	991.400,00	99,97%	999.680,00
VW 2% 26/03/2021		1.000.000,00	100%	97,22%	972.200,00	98,30%	982.990,00
WPP FINANCE SA 5,25% 1/30/2015		1.100.000,00	100%	99,98%	1.099.786,81	104,67%	1.151.337,00
sub-total		491.602.492,00			500.385.592,62		513.008.150,74
sub-total	0,00	647.663.492,02			667.184.766,58		673.534.947,96
2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
2.2.2.1 - Ações							
...							
sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
2.2.2.2 - Títulos de participação							
sub-total							
2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
GREFF GLOBAL REAL ESTATE FOF A	39.063,50			79,30	3.100.678,00	75,01	2.930.296,84
DEGI INTERNATIONAL	8.374,62			51,00	427.101,47	24,13	202.079,48
EUROVALOR PARTIC VOLUMEN-I	108.649,34			92,04	10.000.000,00	92,25	10.022.901,60
PREFP-PAN EUR REAL ESTATE-A	42.500,00			107,45	4.566.775,00	75,45	3.206.625,00
ALLIANZ RCM INTERGLOBAL-A	544,01			155,29	84.479,25	194,29	105.695,57
DEGI GLOBAL BUSINESS	10.967,53			99,94	1.096.114,60	22,06	241.983,55
AMUNDI ETF EURO	3.520,00			48,05	169.142,93	58,00	204.160,00
sub-total	213.619,00	0,00			19.444.291,87		16.913.742,04
2.2.2.4 - Outros							
...							
sub-total	213.619,00	0,00			19.444.291,87		16.913.742,04
total	213.619,00	647.663.492,02			686.629.058,45		690.448.690,00
3 - TOTAL GERAL	4.775.439,51	963.974.492,02			999.781.798,60		1.008.628.750,03

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**  
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.

# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2013

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da ALLIANZ PORTUGAL, S.A. e no mandato que nos foi conferido, vem este Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a ação desenvolvida e emitir o seu parecer sobre a informação e as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2013, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

### **1. Atuação do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade e os negócios da Empresa, nomeadamente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, da leitura das atas do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação conexa, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos de validação e verificação, com a profundidade que julgou adequada às circunstâncias.

No âmbito da sua ação, o Conselho Fiscal manteve contatos regulares com membros da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, bem como com os diversos serviços da Empresa, em particular, com o Dr. Luís Ferreira.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a reuniões trimestrais, tendo ainda mantido outros contatos pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução da Empresa e sua participada, quer no tocante à sua situação financeira, quer ao desenrolar das operações por mercado geográfico e por áreas de negócio, quer na apreciação da evolução do modelo de organização da empresa, cotejando os instrumentos previsionais de gestão com a execução alcançada.

Foram pelo Conselho analisadas as contas individuais do exercício de 2013 e o correspondente anexo, que a empresa elaborou em conformidade com o normativo contabilístico aplicável.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda, naturalmente, o processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido devidamente verificado o respetivo perímetro de consolidação. Relativamente à empresa que integra o perímetro de consolidação localizada em Portugal, foram apreciados os respetivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

## 2. Relatório de Gestão

Numa exposição desenvolvida e completa, o Conselho de Administração da ALLIANZ dá-nos conta do que foi a evolução do Grupo no ano de 2013 ano em que, em termos globais, se teve de continuar a enfrentar alguma instabilidade dos mercados financeiros e uma estagnação da economia na zona Euro. Em Portugal, apesar dos pequenos sinais positivos verificados no último trimestre do exercício, continuou a verificar-se uma redução do PIB que, embora não tão acentuada como no ano anterior, ainda se situou nos 1,4% comparativamente a 2012

Simultaneamente, a taxa de desemprego no final do ano de 2013 manteve-se em níveis muito elevados (15,4%), valor que embora reflecta uma redução relativamente ao ano de 2012 (17,3%), situa-se, ainda, muito acima da taxa média da zona euro.

Por outro lado, e em termos globais, o sector segurador português acabou por registar um acréscimo no volume de prémios (20,1%) relativamente ao registado no ano de 2012 devido fundamentalmente ao Ramo Vida que verificou um acréscimo de 33,5% face ao ano anterior.

No segmento Não Vida, e pelo terceiro ano consecutivo, ocorreu um decréscimo de produção que atingiu os 3,2%.

O resultado líquido do exercício de 2013 situou-se nos 29.990.871,80 Euros, o que representa um aumento de 26,4% por comparação ao verificado ao ano de 2012. Este resultado deveu-se, sobretudo, à melhoria dos resultados financeiros.

No que mais concretamente respeita à atividade seguradora da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., verificou-se um crescimento de 7,9% do volume de prémios total da empresa (incluindo os contratos de investimento classificados como instrumentos financeiros), que compara com os resultados do mercado que, em termos globais, registou um aumento de 20,1%, derivado, sobretudo, do crescimento verificado nos produtos do Ramo Vida.



Tendo em conta os ramos Vida e Não Vida, verificou-se que o último registou uma quebra de -1,3%, enquanto o primeiro conheceu um crescimento de 23,2%, este abaixo do valor de crescimento do mercado que foi de 33,5%. No ramo Não Vida, não obstante a quebra verificada (-1,3%), o desempenho do Grupo situou-se acima do mercado que decresceu -3,2%.

Quer o stock de apólices, quer o número de clientes cresceram marginalmente (0,2% e 0,4% respectivamente) em termos comparativos com o ano anterior.

Há também a assinalar um forte aumento nos resultados financeiros (151,5%) relativamente ao ano de 2012.

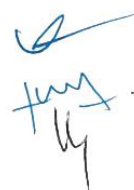
No que se refere a Solvabilidade, verificou-se que a cobertura das provisões técnicas aumentou em cerca de 3 p.p.

Ao nível da margem de solvência, o rácio atingiu, no final do ano de 2013, o valor de 267,53% que compara com o rácio de 264,01% no ano de 2012. Este aumento assenta na evolução positiva dos mercados financeiros que beneficiaram as reservas de reavaliação da empresa e por consequência do capital disponível.

De salientar, ainda, o aumento dos Capitais Próprios que cresceram 18,9% face ao ano anterior, situação que decorre, em grande medida, do acréscimo verificado nas Reservas de Reavaliação que ascendeu a 247,8%.

### **3. Demonstrações Financeiras Individuais**

Foram pelo Conselho analisadas devidamente as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, como acima referimos.



A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis.

#### 4. Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013, as demonstrações consolidadas dos resultados, a demonstração consolidada dos rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, elaborados pelo Conselho de Administração. Existe uma aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

#### 5. Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual emitido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, com o qual manifesta a sua concordância, e que não apresenta qualquer reserva nem ênfase.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspetos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afetem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e dos fluxos de caixa, quer no âmbito individual, quer no conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

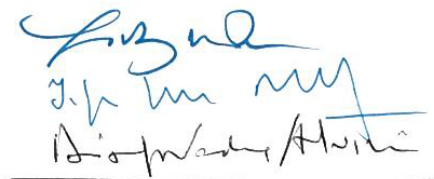
Avalia-se, também, de forma positiva o trabalho desenvolvido pelo ROC e pelo Auditor Externo, continuando cada vez mais consistente o seu relacionamento com o Conselho Fiscal.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos do parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

- O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;
- A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal expressa finalmente o seu agradecimento ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, e aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve a oportunidade de contactar.

Lisboa, 11 de Março de 2014



Handwritten signature in blue ink, likely of a member of the Fiscal Council, with a horizontal line underneath.

**Certificação Legal das Contas**  
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia de Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: [www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.215.508.198 euros, e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade de 273.949.532 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade de 29.987.736 euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e a Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos seus capitais próprios consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação das demonstrações financeiras das Empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

*dv*





- a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 10 de Março de 2014



**KPMG & Associados,**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

**Edição**

Companhia de Seguros Allianz Portugal S.A.  
Direção de Pessoas - Comunicação